



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Instituto de Relações Internacionais**

**A GUINADA À ESQUERDA NA AMÉRICA DO SUL: OS CASOS  
ARGENTINO E BOLIVIANO**

**Larissa Cristina de Sousa Ferro**

**Brasília**  
**2015**

**Larissa Cristina de Sousa Ferro**

**A GUINADA À ESQUERDA NA AMÉRICA DO SUL: OS CASOS  
ARGENTINO E BOLIVIANO**

Monografia apresentada ao  
Instituto de Relações  
Internacionais da Universidade de  
Brasília, como Trabalho de  
Conclusão do Curso de Bacharel  
em Relações Internacionais.

**Orientador: Prof. Dr. Roberto  
Goulart Menezes.**

**Brasília  
2015**

**Larissa Cristina de Sousa Ferro**

**A GUINADA À ESQUERDA NA AMÉRICA DO SUL: OS CASOS  
ARGENTINO E BOLIVIANO**

Monografia apresentada ao  
Instituto de Relações  
Internacionais da Universidade de  
Brasília, como Trabalho de  
Conclusão do Curso de Bacharel  
em Relações Internacionais.

Aprovado em: \_\_/\_\_/\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Roberto Goulart Menezes

---

Prof. Fidel Irving Pérez Flores

---

Prof. Carlos Eduardo Vidigal

*Agradeço à minha família, em especial à minha mãe por estar ao meu lado durante os 24 anos de vida e ser o meu maior exemplo. Aos meus amigos de curso pelo apoio e a sincera amizade. Ao Prof. Roberto Goulart, pela ajuda e o incentivo durante a graduação.*

*“Em 1492, os nativos descobriram que eram índios, descobriram que viviam na América, descobriram que estavam nus, descobriram que deviam obediência a um rei e uma rainha de outro mundo, e a um Deus de outro céu, e que esse Deus havia inventado a culpa e o vestido, e havia mandado que fora queimado vivo quem adorava ao sol, e a lua, e a terra e a chuva que a molha”.*

*Eduardo Galeano*

## RESUMO

O início do século XXI trouxe para a América do Sul um novo cenário de mudança política dado que chegam ao poder múltiplos governos com projetos progressistas, pautados na maior representação política e na igualdade social. O presente trabalho procura explicar a ascensão dessas novas lideranças, através da análise dos casos boliviano e argentino, como uma resposta democrática às políticas neoliberais, amplamente adotadas nos anos 1990 na região, que não conseguiram solucionar de maneira efetiva o caos econômico sul-americano e nem avançaram de maneira significativa na área social, atreladas a um contexto de séculos de desigualdades que permitiram a consolidação dos movimentos sociais organizados na região.

**Palavras-chaves:** Mudança política; Novas lideranças; América do Sul; governos pós-neoliberais.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>1 O DEBATE ACADÊMICO ENTRE ESQUERDA E DIREITA NA ARENA POLÍTICA</b>	<b>11</b>
<b>1.1 Delimitações conceituais</b>	<b>16</b>
<b>1.2 Histórico dos conceitos na América do Sul: da Segunda Guerra Mundial ao fim dos anos 1980</b>	<b>18</b>
<b>2 A MUDANÇA POLÍTICA NA AMÉRICA DO SUL DURANTE A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI</b>	<b>23</b>
<b>2.1 O caso boliviano de Evo Morales</b>	<b>23</b>
<i>2.1.1 Antecedentes: A Revolução de 1952</i>	<i>24</i>
<i>2.1.2 Era dos governos neoliberais (1985-2002)</i>	<i>25</i>
<i>2.1.3 Os movimentos sociais bolivianos: o MAS e a questão indígena</i>	<i>29</i>
<i>2.1.4 A ascensão de Evo Morales (2006-2010) e a refundação do país</i>	<i>32</i>
<b>2.2 A Argentina de Néstor Kirchner</b>	<b>34</b>
<i>2.2.1 Antecedentes políticos e sociais argentinos: O Peronismo</i>	<i>35</i>
<i>2.2.2 A era neoliberal e o colapso da economia argentina (1976-2001)</i>	<i>36</i>
<i>2.2.3 Movimentos sociais e a ascensão de Néstor Kirchner (2003-2007)</i>	<i>40</i>
<b>3 A AMÉRICA DO SUL E AS NOVAS LIDERANÇAS: CONQUISTAS E DESAFIOS</b>	<b>44</b>
<b>3.1 Bolívia</b>	<b>44</b>
<b>3.2 Argentina</b>	<b>48</b>
<b>3.3 Os casos venezuelano e brasileiro</b>	<b>50</b>
<b>3.4 As novas lideranças e a integração regional</b>	<b>52</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender os fatores políticos, sociais e econômicos influenciadores do fenômeno político que levou ao poder, por meio de eleições democráticas, em diversos países sul-americanos governos progressistas a partir do fim da década de 1990. Com foco nos casos da Argentina e da Bolívia sem, no entanto, se limitar a questionamentos e citações a estes casos.

Para tanto, serão analisados o decréscimo dos resultados sociais e econômicos dentro do contexto em que foi empregado o denominado “Consenso de Washington” e sua possível contribuição para o aprofundamento da crise econômica e principalmente social dos países na América do Sul; a influência das experiências de governos do passado (existentes na década de 1980) nos casos citados para uma menor aceitação de políticas públicas que visassem à importância de um desenvolvimento econômico sem o desenvolvimento social. Além de buscar entender mais detalhadamente os governos conceituados como neoliberais durante os anos 1990 e a desconfiança que geraram na população devido aos escândalos de corrupção e as ineficazes políticas sociais associadas a eles. Por fim, será estudado o contexto de surgimento e aprofundamento dos movimentos sociais em geral, que buscavam contestar o *status quo* nos países escolhidos, e analisado especificamente os movimentos sociais aos quais fazem parte os presidentes eleitos em cada país de estudo.

O contexto histórico da América do Sul nas últimas décadas está longe de ser caracterizado como uma linha de constância política e econômica, e como consequência desse processo é possível observar o aprofundamento dos problemas sociais que marcam a região desde seu processo de colonização. As diversas ditaduras militares instauradas na maioria dos países da região dentro do contexto de frequente tensão sob o âmbito da Guerra Fria, e a influência das grandes potências nos processos políticos, demonstraram não só a inconstância do jogo político sul-americano como a impossibilidade de governos com tendências de esquerda em ascender ao poder no subcontinente latino-americano.

No fim da década de 1980, a conjuntura internacional se mostrava desfavorável ao desenvolvimento (devido às duas crises do petróleo) e especificamente na região latino-americana a crise generalizada foi ainda mais profunda, com problemas sobre o pagamento das dívidas externas trazendo como consequência grande fuga de investimentos na região. Essa crise ia contra os interesses econômicos das grandes potências, dessa forma, com o intuito de retirar a América Latina desse colapso, organizaram-se reuniões para se formular um diagnóstico e sugerir medidas de superação da crise fiscal. Como resultado desses



encontros, criou-se um “consenso”, no qual a solução para a região foi apontada como a aplicação de medidas de austeridades fiscal e monetária, para que houvesse o pleno reestabelecimento das leis de mercado e estabilidade monetária. Tais medidas se tornaram pré-requisitos para que os países latino-americanos conseguissem empréstimos de instituições financeiras internacionais (BANDEIRA, 2002).

A disseminação da política de leis de mercados extremamente rígidas acabaram agravando a situação econômica já existente nos países da América do Sul. A crise econômica, em maior grau no caso argentino (com a declaração de moratória) e em menor grau (mas não menos problemática) em outros países da região, criou considerável instabilidade política, visto o contínuo fracasso econômico da região que levou a um aumento dos movimentos sociais de contestação na sociedade civil sobre as medidas de austeridade usadas pelo governo, sem retorno social. Os governos neoliberais, portanto, não conseguiram chegar aos resultados esperados economicamente e pouco se fez sobre a esfera social, tornando cada vez mais grave as disparidades sociais da região (DINIZ, 2007).

A partir do fim do século XX e início do XXI, dentro do contexto acima mencionado, com os movimentos sociais cada vez mais fortes e as desigualdades sociais mais evidentes, ascenderam ao poder em 9 países do subcontinente presidentes com discursos progressistas, sendo eles: Hugo Chávez (Venezuela), Lula da Silva (Brasil), Evo Morales (Bolívia), Néstor Kirchner (Argentina), Michelle Bachelet (Chile), Fernando Lugo (Paraguai), Ollanta Humala (Peru), Tabaré Vázquez (Uruguai) e Rafael Correa (Equador).

Por serem múltiplos, não é possível encontrar uma completa homogeneidade, dessa forma, muitas vezes no âmbito acadêmico há uma divisão categórica entre os mais radicais (Evo Morales e Hugo Chávez) e os moderados (Lula, Néstor Kirchner, etc). Porém, apesar de possuírem suas peculiaridades oriundas de cada contexto específico, desde suas origens políticas até digressões no grau das políticas públicas, todos foram eleitos com discursos que priorizavam a questão social de melhoramento e inclusão/ legitimação de grupos sociais à margem da sociedade (indígenas, pessoas em situação de extrema pobreza, etc), com discursos anti-imperialistas ressaltando objetivos nacionalistas, populares e igualitários (FIORI, 2006).

Em um sistema internacional cada vez mais integrado, compreender o que ocorre em outras nações é de extrema importância para se estabelecer relações políticas e econômicas, em especial se tratando de vizinhos regionais. Apesar de um histórico relativamente desinteressado na região, a política externa brasileira está atualmente buscando diversificar sua lista de parceiros políticos e comerciais para alcançar uma maior importância no cenário

internacional, além de que dessa maneira poderia se tornar menos vulnerável às crises regionais que ameaçariam gerar déficits para o país.

Partindo do princípio de que diferentes ideologias políticas de governos modificam as prioridades e a forma de pensar a política interna e consequentemente a postura de política externa, o fenômeno político singular na história da América do Sul a ser estudado, demonstra sua importância fundamental para se entender a realidade política e social atual desses países e dos novos governantes. Pois, uma estrutura contestadora do *status quo* na sociedade internacional como a pretendida em maior grau por Hugo Chávez e Evo Morales e, em menor grau, por Lula da Silva e Néstor Kirchner deve ser observada e entendida desde suas raízes históricas que as legitimam, para melhor compreender situações futuras de forma a estruturar o jogo diplomático entre essas nações.

Dentro do âmbito acadêmico este trabalho se justifica na busca por contribuir com os trabalhos e análises sobre o tema em si, visando reforçar sua importância no contexto atual de estudos de Relações Internacionais devido ao seu caráter contemporâneo onde se verifica uma maior dificuldade de análise. Os estudos atuais, na maioria das vezes se concentram mais nas questões históricas dos anos noventa na América do Sul, apontando as dificuldades econômicas e sociais que se agravaram, como é possível notar nos estudos de Bandeira (2002) e Ibarra (2011), ou no contexto em que os presidentes a serem estudados chegaram ao poder e seus mandatos como aborda Araújo (2008) e Montero e Vincent (2013). Todavia, poucos propõem o que esta pesquisa procura ao relacionar os dois fenômenos em uma cadeia causal.

A partir do que foi exposto sobre o tema até aqui, cabe ao trabalho questionar e entender os motivos que podem ter ocasionado a ascensão dessas lideranças em um período de tempo muito próximo dentre diversos países de uma mesma região. Através de uma revisão histórica do contexto internacional em que se insere a região sul-americana seguindo de um aprofundamento em cada contexto intraestatal, observando suas singularidades, parece possível perceber que existe certa homogeneidade de fatores que podem ser as prováveis causas para que esse fenômeno político contemporâneo, de presidentes eleitos baseados em pautas sociais similares entre si e divergentes de seus antecessores. Com isso a pergunta de pesquisa que norteia tal trabalho é a seguinte: *“Quais foram os fatores sociais, políticos e econômicos que levaram a ascensão de governos com influências de esquerda em grande parte de países na América do Sul a partir do final dos anos noventa? É possível analisar esse fenômeno como algo regional?”*.

A hipótese a ser testada no decorrer dos estudos propostos é a de que, as medidas de austeridades fiscais e monetárias tomadas e legitimadas internacionalmente por meio do

Consenso de Washington, adicionado ao contexto de crise econômica e social já observada nos países da América do Sul (com a reprovação de experiências anteriores de políticas públicas que não visaram à importância de um desenvolvimento social acoplado ao desenvolvimento econômico) agravaram o caos econômico e social da região. Sendo assim, os presidentes neoliberais da época que não conseguiram produzir resultados positivos no avanço das questões sociais, criando um ambiente de desconfiança sobre tais tipos de governos, além do crescente aumento dos movimentos sociais (específicos de cada caso), fez com que governos pautados em discursos de primazia da igualdade e foco no social fossem eleitos na maioria dos países na América do Sul. Com uma pesquisa profunda e uma análise completa proposta pelo trabalho em questão espera-se que os resultados alcançados ao fim do documento seja a de confirmação da hipótese explanada.

O desenho de pesquisa a ser utilizado no presente trabalho será o de estudo de casos. Este desenho é necessário por se tratar de eventos contemporâneos, possuindo um baixo controle relativo das variáveis, além de apresentar caráter mais explicativo do que meramente descritivo, visto que tenta a partir dele responder perguntas de “como?” e “por quê?”. Procura-se através dos casos analisados, a partir de cada contexto e suas especificidades, explicar os motivos do advento de certos governos em cada país, tentando demonstrar assim positivamente a relação causal da hipótese (YIN, 2003). O estudo de caso será utilizado visto que se procura entender determinadas variáveis na relação causal da hipótese proposta no trabalho.

A técnica de coleta de dados escolhida é a de análise de documentos, visto que as outras duas técnicas (observação e *survey*) são inviáveis e/ou não contemplam o objetivo do trabalho proposto. Os documentos analisados serão artigos acadêmicos, análises históricas, além de dados dos índices (como de desemprego e crescimento econômico) necessários para se entender a crise financeira e social nos países em questão.

A unidade de análise no caso é o sistema internacional, visto que procura-se encontrar através de consequências de uma conferência internacional (Consenso de Washington), que seria a variável independente principal, entender os desdobramentos internos desse evento para que ocorra tal fenômeno analisado, a variável dependente de ascensão dos governos de esquerda em determinados países.

## **1 O DEBATE ACADÊMICO ENTRE ESQUERDA E DIREITA NA ARENA POLÍTICA**

Por ser um fenômeno político contemporâneo, a literatura acadêmica ainda não pode concluir de maneira definitiva sobre o tema em si, uma vez que suas consequências ainda estão em andamento no caso de alguns países sul-americanos. Porém, existem análises relevantes sobre o tema que contribuem de maneira decisiva para a possibilidade de execução desse trabalho.

Para melhor entender o que a hipótese procura afirmar, é importante ressaltar que será usada a interpretação na qual compreendesse que a globalização, baseada majoritariamente nos conceitos neoliberais de economia internacional, é um fenômeno não só econômico, como também com diversas implicações políticas. Perceber o processo de globalização com ênfase unilateral nos aspectos econômicos leva ao equívoco de se acreditar em um pressuposto parcialmente incompleto do mercado globalizado.

A visão aqui adotada se baseará na ideia de que a globalização não é comandada por forças imutáveis. Ela não é uma premissa existencial e sim parte de uma construção política. Além disso, ela gera não só uma ordem mundial mais integrada e inclusiva, mas também agrava os contrastes e polaridades entre as potências e os países menos desenvolvidos, colocando novamente em voga os desequilíbrios preexistentes. (DINIZ, 2007).

Por isso, diferente de uma corrente essencialmente economicista, entende-se aqui que uma das consequências da globalização é a reafirmação da política de interesses nacionais independentes, que buscam formas alternativas de inserção no sistema internacional. Pois, esta postura estaria atrelada à necessidade de se definir estratégias nacionais concretas com o objetivo de reverter as situações desfavoráveis no âmbito internacional de desigualdades, principalmente para os países em vias de desenvolvimento. Já que “a recusa em exercer um papel mais ativo e independente tende a agravar posições de desvantagem relativa” (DINIZ, 2007, p. 33).

Adentrando à literatura específica do tema, Castañeda (2006) participa de uma corrente na qual acredita que independentemente do sucesso ou fracasso das reformas econômicas criadas pelo Consenso de Washington e o descrédito dessas políticas econômicas, a extrema desigualdade na região junto à democracia cada vez mais institucionalizada foram os elementos que levaram a ascensão de movimentos de esquerda, independente de outras variáveis. Essa visão apesar de ser considerada importante, aos intuitos do trabalho ela é considerada incompleta e por isso não será a proposta utilizada na análise.

Bandeira (2002) aponta de maneira clara que a execução das medidas neoliberais exacerbadas baseados no Consenso de Washington para os países da América do Sul tiveram graves consequências de aprofundamento da crise já existente nestes países. Esse raciocínio será a base da relação causal entre a variável dependente e a variável independente de fracasso das ideias propostas pelo consenso mencionado. Tais medidas buscavam a liberalização unilateral dos despreparados comércios sul-americanos, visando adquirir novos empréstimos das instituições financeiras internacionais. Com isso, nos anos 1990, quase todos os países da região possuíam déficit na balança comercial, em consequência primordialmente da desregulamentação da economia e da abertura unilateral dos mercados.

Fiori (2006) argumenta que o novo modelo econômico iniciado com as políticas neoliberais não cumpriu a promessa de crescimento econômico sustentado ao crescimento social e a frustração destas expectativas contribuiu de maneira decisiva para que houvesse eleições de presidentes de esquerda na América do Sul. Este argumento será usado no trabalho como um índice para medir a variável independente de aumento dos movimentos sociais de pressão.

Coutinho (2006) expõe de maneira sucinta que a mudança ideológica dos governos sul-americanos, se deu entre outros motivos, da insatisfação popular com seus governantes, visto que os votos das “ruas” oriundos das populações menos favorecidas buscavam determinados avanços, enquanto o governo precisou de alguma maneira manter as estruturas de mercado que prejudicaram o social em certa medida. Segundo o autor “A reação popular nas urnas e nas ruas foi contra mais de uma década de reformas em direção ao mercado, que não lograram transformar significativamente as estruturas sociais de pobreza (...)” (COUTINHO, 2006, p. 2). A partir daí pode-se entender melhor a variável que explicita o aumento das pressões dos movimentos sociais. Coutinho ainda observa que um dos principais problemas das medidas neoliberais adotadas, foi o fato de elas terem inspiração em modelos de outros países, não se observando as especificidades sociais e políticas do contexto sul-americano. Por fim, explana o fator de os presidentes em ascensão fazerem parte de uma geração que observou de perto governo não democráticos dos anos 60 e 70 e de participarem do processo de transição para a democracia na maioria dos países durante os anos 1980.

Rafael Pinheiro Araújo (2008) enfatiza o crescimento da corrupção interna desses países ter criado uma profunda crise de representatividade da população com os partidos políticos das elites tradicionais, esses partidos que foram sendo associados à corrupção e à incapacidade de anteder às necessidades básicas da população e das instituições democráticas. Com isso o autor afirma que “o colapso das instituições democráticas e o esfacelamento

socioeconômico nas nações sul-americanas impulsionaram a ascensão de governos de esquerda na América do Sul” (ARAÚJO, 2008, p. 4).

O caso argentino foi sem dúvida um dos casos mais críticos após a implementação das medidas de Washington. O chamado “déficits-gêmeos”, ou seja, o déficit nas contas externas (balança comercial e de serviços) e o déficit nas contas internas do governo instaurou um clima de desconfiança entre os investidores estrangeiros criando um ciclo vicioso de baixos investimentos e aumento generalizado da dívida estatal. Com isso o governo argentino promoveu aumento de impostos e cortes orçamentários para conseguir novos empréstimos. A crise financeira internacional agravou os problemas estruturais da Argentina, o que desencadeou o aumento das lutas sociais, acarretando a instabilidade política e a queda do governo de Fernando de la Rúa (1999-2001) (BANDEIRA, 2002).

Os governos seguintes tentaram responder aos movimentos sociais que se unificaram em protestos com as palavras de ordem “*que se vayan todos*”, a partir de medidas de assistência de transferência de renda, entretanto, tais medidas não surtem efeito, agravando a crise econômica argentina e aumentando o poder dos movimentos sociais. Em 2003, Nestor Kirchner aparece então como candidato de uma esquerda moderada, mas com o discurso de justiça, educação, saúde, trabalho e igualdade, além de ganhar grande apoio dos movimentos sociais quando, por exemplo, durante seu mandato revoga a Lei de Anistia que vigorava sobre os crimes ocorridos durante a ditadura argentina (AYERBE, 2010).

Tanto no caso argentino como no brasileiro a esquerda que ascende ao poder, diferente dos casos em países andinos, trata-se de uma esquerda denominada moderada, visto que tem conseguido fazer com que as pressões dos movimentos sociais sejam na maioria das vezes canalizadas de maneira institucional. Por isso, a ruptura nesses casos se torna menos agressiva, contudo continuam sendo grupos políticos com ideias concorrentes às das elites tradicionais que anteriormente se encontravam no poder (VILLA, 2009).

No caso boliviano, os anos de 1980 se mostram como os piores para o país, apesar de ser o caso andino no qual há melhores indicadores de crescimento e emprego nos anos 1990 tal crescimento foi pautado em um grande endividamento externo nessa época, continuando assim, sendo o país mais pobre e desigual dos Andes (COUTINHO, 2006).

Com as reformas neoliberais implantadas nos anos de 1990, o Estado foi perdendo poder e autonomia. A estabilidade econômica conseguida durante 15 anos, não contribuiu para diminuir a pobreza em que a maioria da população, especialmente a indígena, vivia. Entre 2000 e 2005 a economia boliviana se tornou extremamente instável e o sistema político perdeu sua legitimidade e credibilidade (GUTIERREZ E LORINI, 2007). A deterioração das

condições de vida se viu deteriorada durante os anos seguintes, a questão agrária, de extrema importância histórica na sociedade boliviana, veio à tona criando grandes tensões sociais e a questão da marginalização dos produtores de coca, fez com que os confrontos sociais alcançassem patamares nunca antes vistos (BANDEIRA, 2002). O contexto de institucionalização da democracia boliviana aumentou o poder de pressão destes grupos sociais sobre o governo que não respondia de maneira efetiva suas demandas sociais e econômicas. Com isso, a ascensão de Evo Morales em 2005, como o primeiro descendente de indígenas em uma nação marcada pela exclusão social após anos de mobilizações sociais, iniciou um novo e inédito período na história do país (ARAÚJO, 2008).

Ademais dos casos a serem mais profundamente estudados no trabalho em questão, pode-se ainda perceber similaridades entre o contexto de outros países da região como o brasileiro e o venezuelano. O caso brasileiro, apesar de se tratar da maior economia da região também apresenta complicadas instabilidades econômicas. A partir dos anos de 1980, a economia brasileira enfrenta grandes problemas fiscais e monetários, com a redemocratização os governos seguintes, tentam restaurar uma economia equilibrada a partir da cartilha neoliberal, abrindo a economia (iniciada com o governo Collor). Contudo, apesar da criação de diversos planos econômicos para conter a inflação e a crise estrutural, não foi possível observar um considerável avanço.

Anos depois, o governo conseguiu controlar a inflação com o Plano Real (1994), mas não de forma rápida o suficiente para evitar a alta da taxa de câmbio real durante a transição, tornando o produto brasileiro pouco competitivo no mercado internacional. “Esse endividamento conjugado com a perda de competitividade e o desequilíbrio da balança comercial produziram um déficit na conta corrente do balanço de pagamentos (...) abalando a confiança dos investidores” (BANDEIRA, 2002). Durante esse processo, as desigualdades sociais no país se mostram cada vez mais latentes, visto que em um processo inflacionário a classe mais baixa é a que mais sofre suas consequências. Quando se sinalizou um início de recuperação econômica, os movimentos sociais ganham força ao se percebe que não houve real inclusão da população marginalizada na política junto a um processo de democratização crescente. Neste contexto, onde os movimentos sociais tomam repercussão pública, o movimento sindicalista ganha força e com o tempo o então candidato a presidência Lula da Silva angaria apoio das massas, dos movimentos sociais e de parte da classe média, com um discurso de igualdade, fim da pobreza e justiça social.

O contexto histórico venezuelano é de relativa estabilidade quando comparada com outros países da região. O país era governado pelo *Pacto de Fijo* desde 1958, um acordo

político que permitiu através da aliança entre os três grandes partidos tradicionais (Ação Democrática, União Republicana Democrática e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente) assegurar a estabilidade política até o início dos anos 1990, no qual havia a alternância de partidos de direita no poder. Mesmo neste panorama de relativa estabilidade política, o desempenho econômico venezuelano é o pior entre os países andinos, além possuir a pior taxa de desemprego na sub-região.

O pacto das elites políticas vai gradativamente se desgastando, entrando em crise ao sofrer uma dura tentativa de golpe em 1992. “A partir de então, rumores de novos golpes, revoltas sociais, estados de exceção tornam-se rotina” (COUTINHO, 2006, p. 21). A crise econômica e social se juntou à política na conjuntura apresentada, fazendo com que a população saísse em massa às ruas contra o pacote econômico implementado pelo governo pautado em ideais neoliberais que abarcava duros ajustes, para conseguir empréstimos externos. Nessa ocasião de descontentamento social, Hugo Chávez, em meados do ano de 1999, consegue se destacar como líder popular e se elege presidente, com a promessa de um governo revolucionário, pacífico e democrático (BANDEIRA, 2002), além de um discurso anticorrupção, antineoliberal e anti-imperialista em oposição ao sistema partidário anacrônico do *Pacto de Fijo*. (ARAÚJO, 2008).

Logo, é possível perceber que os fenômenos a serem estudados no panorama argentino e boliviano, guardadas suas singularidades, fazem parte de um contexto mais abrangente de mudanças de lideranças em diversos países da América do Sul. Lideranças as quais surgiram apontando a ruptura com o passado e para a esperança de que os projetos inovadores e sociais possam concretizar o compromisso de uma maior participação política e econômica dos grupos marginalizados durante a história de seus países (DUPAS e OLIVEIRA, 2008).

### *1.1 Delimitações conceituais*

Apresentadas as características fundamentais que norteiam este trabalho, para melhor compreender os estudos dos casos a serem apresentados e também os objetivos da análise em geral, é importante que se esclareça alguns aportes conceituais que serão utilizados ao decorrer do trabalho para tornar claro o que se tomará como parâmetro durante o decorrer da pesquisa.

Dessa forma, devido ao tema de pesquisa já explanado anteriormente viu-se a necessidade de abordar um panorama geral dos conceitos políticos de esquerda e direita, uma



vez que tais conceitos serão utilizados para caracterizar os governos sul-americanos a serem trabalhados durante a pesquisa, além de se mostrarem essenciais em uma análise que tem como base a contraposição entre múltiplos governos que se diferenciam entre os dois conceitos. Para tanto, é importante ressaltar de antemão que tais conceitos são modelos ideais, logo por tratarmos aqui de exemplos reais, os governos em questão não se encaixaram de forma estritamente exata nos modelos aqui apresentados, entretanto, são entendidos majoritariamente pela literatura do assunto como parte de um grupo ou de outro.

Os termos “direita” e “esquerda” no cenário político tiveram seu surgimento durante o processo da chamada Revolução Francesa onde o grupo dos girondinos que defendiam a interrupção do processo revolucionário, uma nova Constituição com o voto censitário e a monarquia constitucional se localizavam fisicamente à direita no plenário da Assembleia Constituinte, enquanto ao lado esquerdo estava localizado o grupo jacobino que defendia o republicanismo e radicalização do processo revolucionário em curso. Com o decorrer dos anos e o aprofundamento da história política no século XIX tais termos foram incorporados pelos partidos políticos para designar suas plataformas e começaram a fazer parte da linguagem política representando uma díade conflitiva, que em outros tempos já foi entendida como progressistas *versus* conservadores, entre outras (BOBBIO, 1995).

Tais conceitos apesar de corriqueiros na arena de debate político, e em grande parte também por esse motivo, são por muitas vezes tratados de maneira vazia e distorcida, se distanciando de seus significados originais. O trabalho utilizará como base para tal assunto, a obra de Norberto Bobbio, *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política* (1995), onde o autor aponta algumas características utilizadas para distinguir o que cada conceito geralmente abarcar em se tratando da arena política.

Nos seus primórdios entendia-se que o movimento de direita estava ligado intrinsecamente à religião e o de esquerda ao ateísmo, entretanto com o avançar da sociedade política ocidental tal identificação foi se perdendo, na medida em que se consolidava a laicização da arena política. Em seguida, Bobbio (1995), aponta os estudos de Dino Cofrancesco, nos quais se argumentam que a direita está relacionada à tradição e a esquerda à emancipação, ou seja, enquanto o primeiro está preocupado em manter a memória histórica, o segundo procura dissolver relações e situações onde o privilégio de raça, de casta, de classe entre outros podem preponderar. Dessa forma, as definições dos dois conceitos seriam intrínsecas aos fins buscados por cada grupo, já os meios sendo eles a liberdade ou a autoridade, o bem estar ou a austeridade, o individualismo ou a nação, o progresso técnico ou artesão, entre outros poderiam ser utilizados por ambos os lados na busca de seus objetivos.

Uma extensa quantidade de estudiosos sobre política dissertam sobre seus próprios conceitos dessa clássica díade política, dentre eles Elisabetta Galeotti e Marco Revelli. Enquanto a primeira entende a díade conceitual em questão como o conflito hierarquia *versus* igualdade, o segundo os diferenciam em questão de espaço (igualdade *versus* desigualdade), em relação ao tempo (progresso *versus* conservação), aos sujeitos (auto-direção *versus* heterodireção), função social (classes inferiores *versus* superiores) e modelo de conhecimento (racionalismo *versus* irracionalismo). Sendo a primeira a diferenciação fundadora de todas as outras. Partindo deste argumento, Bobbio (1995) aponta novos termos a serem utilizados para distinguir a díade em questão, seguem a lógica dos autores apontados anteriormente, entendendo-se a esquerda como a ideologia que priorizam a igualdade e a direita a que prioriza a liberdade.

Sendo assim, entende-se que o igualitarismo sempre foi uma inspiração e o grande objetivo que distinguiu os movimentos de esquerda dos demais durante toda a história contemporânea, uma vez que o seu principal tema sempre foi a eliminação da propriedade privada, entendendo-a como o principal empecilho para a concretização da igualdade entre os homens. Tal afirmação não quer dizer, entretanto que todos os grupos de esquerda buscam a igualdade de todos em tudo, e sim que procuram da maneira mais condizente com seu contexto onde está inserido, reduzir as desigualdades (BOBBIO, 1995). Tais grupos priorizam a justiça sobre a ordem, tendo como mote a ideia de que a sociedade pode se transformar e melhorar. No discurso das últimas décadas também se destacou a ideia de que o mercado não é suficiente para regular a economia e a sociedade, cabendo ao Estado intervir para melhorar a sociedade como um todo (BRESSER-PEREIRA, 1990).

Dessa forma, os grupos de direita são caracterizados como aqueles que dariam mais relevância à liberdade, apesar de dentro desses grupos ainda existir o conflito entre as ideias de liberdade *versus* ordem, no qual para manter um Estado não totalitário e nem uma anarquia é preciso que as duas ideias encontrem um equilíbrio (BOBBIO, 1995).

Adverte-se que os conceitos não são simétricos uma vez que a liberdade é um status pessoal, algo mais individual enquanto a igualdade indica uma relação entre dois ou mais sujeitos, sendo entendido como um bem social. Ademais, é necessário entender que o termo igualdade assim como liberdade é relativo por três principais motivos: é preciso definir quais são os sujeitos entre quais serão repartidos os bens e as cargas, quais serão tais objetos e o critério que se terá como base para se repartir (idem).

É coerente enfatizar que apesar da esquerda mostrar uma maior preocupação com a diminuição das desigualdades não quer dizer que ela pretender eliminar totalmente e nem que

a direita tem como objetivo conservá-las, mas que a primeira olha as desigualdades como algo social e que não só pode como deve ser superada enquanto a segunda acredita que algumas desigualdades são naturais e imutáveis. Logo, na medida em que um considera mais importante para a convivência em sociedade enfatizar o comum, o que une a todos, o outro considera que seria mais frutífero para a sociedade salientar a diversidade (BOBBIO, 1995).

Destaca-se ainda o fato de que medidas igualitárias geralmente limitam a liberdade, assim como medidas libertárias podem aumentar as desigualdades. A limitação da liberdade normalmente é mais sentida, ou primordialmente sentida, pelas camadas mais privilegiadas economicamente da sociedade, uma vez que elas possuem maiores liberdades privadas, que são adquiridas através de capital e que por esse motivo são irreais para os mais necessitados tendo em vista sua pior situação econômica. Ou seja, o primeiro grupo sente a perda de uma liberdade que já usufruía na medida em que o segundo perde uma liberdade potencial. (idem).

É necessário ressaltar que para melhor entendimento teórico normalmente se caracterizam os movimentos de esquerda e direita extremos, muitas vezes classificados com subversivos como os regimes fascistas e o socialismo soviético, entretanto é importante perceber que na maioria dos cenários políticos reais prevalecem os termos que estariam supostamente no meio de uma linha nas quais tais conceitos são colocados, ou seja, prevalecem na realidade as chamadas direita e esquerda moderadas.

Por fim, deve-se entender que tais conceitos não são absolutos e nem fixos, não são considerados características intrínsecas da esfera política. São na verdade conceitos relativos, que podem ter diferentes abordagens em contextos temporais e espaciais diversos na medida em que eles se adaptam a novos temas e a novos valores que se enraízam em determinadas sociedades. Sendo assim, uma posição entendida como de esquerda ou direita atualmente não necessariamente foi sempre entendida como tal no passado (BOBBIO, 1995).

## *1.2 Histórico dos conceitos na América do Sul: da Segunda Guerra Mundial ao fim dos anos 1980*

Partindo da exposição conceitual anterior, entendendo melhor o que o presente trabalho utilizará como base para distinção entre governos de esquerda e de direita, pretende-se antes de debruçar-se aos casos a serem estudados em si, dissertar de maneira breve sobre o histórico de influência da direita e da esquerda na América do sul durante o período da Segunda Guerra Mundial até o início dos anos noventa, onde se inicia a análise do trabalho em questão.

No âmbito internacional, mais precisamente nas relações dos Estados Unidos com a região, com o início da Segunda Guerra procurou-se reafirmar as relações regionais a partir da tentativa de reacender o sentimento de pan-americanismo, acentuando também as relações comerciais com os países latino-americanos. Porém, quando o conflito se encerrou, a política externa estadunidense se voltou para a reconstrução da Europa, e a América Latina, com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), foi enquadrada na área de influência capitalista, sem conseguir barganhar qualquer ganho econômico em troca da aliança anticomunista (CERVO, 2001).

Tal cenário só iria se modificar com a Revolução Cubana (1959) e sua transformação em regime socialista, o que fez a política externa estadunidense voltar sua atenção novamente para a região. Com a crise em Cuba, o governo estadunidense reformulou sua política externa, apresentando a chamada Aliança para o Progresso (1961) que teve inicialmente foco em temas sociais, pois acreditavam que a instabilidade social era o maior perigo da região, entretanto, com o passar do tempo e a mudança de presidente estadunidense, o projeto de avanço social se torna retórico e cada vez mais é priorizada a segurança dos interesses estadunidenses na região, contra a ameaça comunista em sua zona de influência, mesmo que isso dependesse do apoio aos golpes militares autoritários com ideais conservadores no poder (AYERBE, 2006).

Ademais, segundo Bresser Pereira (1990) entre os anos 30 e 60 a direita esteve em crise devido às duas guerras mundiais (a ascensão do fascismo e nazismos), ao grande crescimento dos sindicatos e à crise econômica dos anos 30, que demonstraram a insuficiência do liberalismo econômico e do conservadorismo político em promover o desenvolvimento e a paz internacional. Somente, a partir dos anos 70, na América Latina em especial mais para meados dos anos 80 que se inicia a crise da esquerda, principalmente motivada pelo esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista tão utilizado na história dos países latino-americanos, porém desta crise surgiria uma esquerda moderna que entraria em conflito com a antiga (BRESSER-PEREIRA, 1990).

O que é importante de entender para o caso especial da América do sul é que a partir da crise dos anos 30 os poderes oligárquicos tradicionais perdem seu espaço para o despontar de novos governos intitulados populistas, iniciando assim o modelo nacional desenvolvimentista nos países da região. Tais governos não seguiam uma exata ideologia de esquerda ou de direita, mas neste primeiro momento estiveram relativamente vinculados aos movimentos de esquerda moderado, enquanto os dissidentes foram reprimidos pelo próprio governo (BRESSER-PEREIRA, 1990).

Apesar de considerado bem sucedido esse novo modelo de desenvolvimento, pelo menos até sua crise, e de ser considerado muitas vezes como uma estratégia de esquerda, não obtiveram eficientes resultados na distribuição de renda, em essência favoreceram a acumulação privada. Tal situação demonstra o porquê de durante os governos militares a partir dos anos 60 tal estratégia de desenvolvimento foi bem assimilada e utilizada pela direita latino-americana (BRESSER-PEREIRA, 1990).

A partir dessa época o nacional desenvolvimentismo inicia seu declínio, por não conseguir de certa forma produzir frutos concretos e profundos de um real desenvolvimento. Surge então a chamada teoria da dependência colocando em questionamento o conceito de desenvolvimento tão almejado pela política desenvolvimentista. Esse grupo entende o subdesenvolvimento como uma parte constante do sistema capitalista mundial, ou seja, ele não tende a desaparecer por completo, pois é uma consequência da própria expansão industrial dos países europeus, fazendo parte do sistema desigual capitalista (CARDOSO e FALETTO, 1996). A teoria da dependência abre espaço para o questionamento latino americano das importações de modelos de desenvolvimento que voltaram em cena depois da década de 1990.

A própria instalação dos governos militares, capitalistas, burocratas e autoritários da região, já demonstravam os sintomas da crise da estratégia nacional-desenvolvimentista. Entretanto, os novos governantes mantiveram o mesmo modelo de desenvolvimento que já em vias de declínio, porém com uma total exclusão dos movimentos de esquerda e dos trabalhadores do jogo político. O que permitiu o prolongamento da estratégia de desenvolvimento nacionalista foi essencialmente a nova possibilidade de endividamento externo, que apesar de financiar o desenvolvimento nesta época, se tornou um grande problema financeiro gerando a crise fiscal nos anos futuros e o fracasso total deste modelo de desenvolvimento nos anos 80 (BRESSER-PEREIRA, 1990).

No início dos anos 1990, a partir do fim do conflito da Guerra Fria muito se falou do fim do conflito direita *versus* esquerda no campo político, uma vez que com desmantelamento da União Soviética (1991), a direita teria saído como vencedora no cenário internacional. Entretanto, Bobbio (1995) demonstra claramente que apesar de atualmente o debate não se esgotar em tais conceitos, devido a maior complexificação do debate político com o aprofundamento da globalização, a utilização desses termos continuam de extrema relevância no embate político ideológico, como é perceptível na discussão de temas de política contemporânea exemplificada pela qual será feita no decorrer deste trabalho.

Por fim, é importante enfatizar que, em diferentes graus, os governos de esquerda que ascenderam ao poder sul-americano possuem um programa heterogêneo de políticas sociais e econômicas e não devem ser tratados como se todos agissem de maneira igual. Há em geral na literatura certas divisões entre as experiências estatais, agrupando-os em diferentes tipos de esquerdas, ou como Fiori (2008) propõe dividir entre um grupo em que houve certa uma continuidade institucional (como nos casos do Brasil e Argentina) ou outros onde ocorreu uma tentativa de refundar o aparelho estatal (como na Bolívia e Venezuela).

O agrupamento feito pelo Latinobarômetro (conforme os quadros 1 e 2) se separa os governos latino-americanos desde de direita, passando pelos “centros” e chegando até o chamado “socialismo do século XXI”. Em outra interpretação que ganhou destaque no debate acadêmico, Castañeda (2006) faz uma diferenciação entre governos mais radicalmente de esquerda (Bolívia, Venezuela e Equador), ou os chamados “socialismo do século XXI” que confrontam os preceitos capitalistas e governos denominados de “esquerda moderna” que fizeram acordos com partidos de direita (como os casos do Brasil, Argentina, Uruguai e Chile). Por isso, os casos escolhidos para análise possuem um contexto em que a chamada esquerda radical ascendeu ao poder e outro em que prevaleceu a chamada esquerda moderada, procurou-se também abarcar os exemplos em que a crise econômica e social foi mais branda e aonde ela chegou ao seu estabelecimento mais crítico (como na Argentina). Porém, os dois casos possuem características homogêneas necessárias para que se possa fazer um estudo de caso comparado.

Quadro 1 - Adesão ideológica dos governos 2005-2009

<b>Derecha</b>	<b>Centroderecha</b>	<b>Centroizquierda</b>	<b>Izquierda</b>
<b><i>El Salvador</i></b> Elías Antonio Saca (2004-2009)	<b><i>Costa Rica</i></b> Óscar Arias (2006-10)	<b><i>Brasil</i></b> Luiz Inacio Lula da Silva (2002-2010)	<b><i>Argentina</i></b> Néstor Kirchner (2003-07)
<b><i>Honduras</i></b> Ricardo Maduro (2002-06)	<b><i>Guatemala</i></b> Óscar Berger (2004-08)	<b><i>Chile</i></b> Ricardo Lagos (2000-2006)	Cristina Kirchner (2007-2011)
Roberto Micheletti (2009-10)	<b><i>México</i></b> Vicente Fox (2000-2006)	Michelle Bachelet (2006-10)	<b>Izquierda del socialismo del siglo XXI</b>
<b><i>Panamá</i></b> Ricardo Martinelli (2009- )	Felipe Calderón (2006-2012)	<b><i>Ecuador</i></b> Alfredo Palacio (2005)	<b><i>Bolívia</i></b> Evo Morales (2006- )
<b><i>Paraguay</i></b> Nicanor Duarte Frutos (2003-2008)	<b><i>Nicaragua</i></b> Enrique Bolaños (2002-2007)	<b><i>El Salvador</i></b> Mauricio Funes (2009- )	<b><i>Cuba</i></b> Fidel Castro Raúl Castro
	<b><i>Perú</i></b> Alan García (2006-11)	<b><i>Guatemala</i></b> Álvaro Colom (2008-2012)	<b><i>Ecuador</i></b> Rafael Correa (2006- )
	<b><i>República Dominicana</i></b> Leonel Fernández (2004-2012)	<b><i>Panamá</i></b> Martín Torrijos (2004-09)	<b><i>Honduras</i></b> Manuel Zelaya (2006-09)
		<b><i>Paraguay</i></b> Fernando Lugo (2008-2013)	<b><i>Nicaragua</i></b> Daniel Ortega (2007-2012)
		<b><i>Uruguay</i></b> Tabaré Vázquez (2005-2010)	<b><i>Venezuela</i></b> Hugo Chávez (2006-2012)

Fonte: LATINOBARÔMETRO (2011, p. 13).

Quadro 2- Adesão ideológica dos governos 2009-2013

<b>Derecha</b>	<b>Centroderecha</b>	<b>Centroizquierda</b>	<b>Izquierda</b>
<b><i>Panamá</i></b>	<b><i>Chile</i></b>	<b><i>Brasil</i></b>	<b><i>Argentina</i></b>
Ricardo Martinelli	Sebastián Piñera	Dilma Rousseff	Cristina Kirchner
	<b><i>Colombia</i></b>	<b><i>El Salvador</i></b>	<b>Izquierda del socialismo del siglo</b>
	Juan Manuel Santos	Mauricio Funes	<b>XXI</b>
	<b><i>Costa Rica</i></b>	<b><i>Guatemala</i></b>	<b><i>Bolivia</i></b>
	Laura Chinchilla	Álvaro Colom	Evo Morales
	<b><i>Honduras</i></b>	<b><i>Paraguay</i></b>	<b><i>Cuba</i></b>
	Porfirio Lobo	Fernando Lugo	Raúl Castro
	<b><i>México</i></b>	<b><i>Perú</i></b>	<b><i>Ecuador</i></b>
	Felipe Calderón	Ollanta Humala	Rafael Correa
	Perú	<b><i>Uruguay</i></b>	<b><i>Nicaragua</i></b>
	Alan García	José Mujica	Daniel Ortega
	<b><i>República Dominicana</i></b>		<b><i>Venezuela</i></b>
	Leonel Fernández		Hugo Chávez

Fonte: LATINOBARÔMETRO (2011, p. 13).

## **2 A MUDANÇA POLÍTICA NA AMÉRICA DO SUL DURANTE A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI**

Neste capítulo analisamos os estudos de caso boliviano de ascensão de Evo Morales (2006-2010) e em seguida o caso argentino de Nestor Kirchner (2003- 2007), já devidamente justificados suas pertinências no capítulo anterior. Ademais, para entendermos os motivos que levaram à ascensão desses dois governos de esquerda em seus países é necessário estudar os antecedentes políticos, econômicos e sociais de cada caso, apontando suas peculiaridades e percebendo as similaridades não só entre os dois países como diversos outros da região; observar a chamada era neoliberal, as influências do chamado "Consenso de Washington", suas consequências para a economia e a sociedade de cada Estado; em seguida, serão colocados em relevo questões singulares dos movimentos sociais bolivianos e argentinos, ademais de caracterizar a história individual de cada presidente em questão para enfim, tratar-se das eleições democráticas que levaram ao poder as novas lideranças.

### **2.1 O caso boliviano de Evo Morales**

Evo Morales chega ao poder, em janeiro de 2006, com grande apoio popular sendo o primeiro indígena e presidente a se eleger no primeiro turno, representando os anseios por modificações institucionais, econômicas e sociais. Sua plataforma de governo pautava nas demandas indígenas e populares de uma representação política concreta, nacionalização dos recursos naturais bolivianos e de uma reestruturação institucional que buscasse também combater as desigualdades e as dificuldades econômicas. Dessa forma, desde o início do seu governo, o país tem passado por profundas mudanças políticas e sociais. Para analisar o contexto social político e econômico que possibilitou sua vitória em 2006, é necessário atentarmos para um panorama histórico do contexto boliviano e seus desdobramentos.

A história boliviana assim como de toda a América do Sul é baseada desde sua colonização em relações desiguais entre uma elite política e a grande massa marginalizada politicamente menos favorecida economicamente, no caso da Bolívia em específico há o agravante da diversidade étnica e regional da população indígena, que atualmente compõe o equivalente a 61% da população e sempre esteve à margem do jogo político e da sociedade em geral, com baixos índices de escolaridade, qualidade de vida e representatividade (DOMINGUES, 2009).



Tais desigualdades latentes são causa e consequência de um passado de instabilidade política caracterizado por diversos golpes de Estado durante seu processo histórico, sendo a Revolução de 1952, evento divisor de águas na sua história contemporânea, e o período neoliberal (1985-2002) que se seguiu com o esgotamento do modelo de 52, raros momentos onde foi assegurando o sistema político democrático liberal. Acoplado às problemáticas internas, o país também apresenta grande fragilidade internacional (consequência desta falta de hegemonia interna), sendo a sua história marcada por recorrentes ajudas internacionais, principalmente financeiras, que consequentemente influenciaram a conjuntura interna política e economicamente através de pressões internacionais (GUIMARÃES; DOMINGUES; MANEIRO, 2009).

### *2.1.1 Antecedentes: A Revolução de 1952*

Tomaremos como ponto de partida do contexto político, social e econômico geral boliviano, a denominada Revolução de 1952. Tal revolução se deu basicamente a partir da mobilização dos povos indígenas, explorados como mão de obra desde a colonização junto ao proletariado minerador (dentre eles indígenas e não-indígenas), sendo esse setor o principal economicamente para o país que possui até hoje sua economia baseada na exportação de produtos primários, dentre eles o estanho. Com a crise internacional de 1929 e a demanda de estanho diminuindo drasticamente, ocorrendo uma grande deterioração das condições de vida do proletariado na região. Dessa forma, durante esse período o proletariado e os povos indígenas começam a se organizar em partidos políticos, dentre eles o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), conseguindo capitalizar apoio significativo dos sindicatos e proletários para participar da corrida eleitoral. Devido ao quadro crítico de instabilidade econômica e social o então presidente, Mamerto Urriolagoitia, foge do país entregando seu cargo para as Forças Armadas que com a crescente pressão da população marginalizada, dos sindicatos e do MNR tiveram grande dificuldade de governar (VIEIRA, 2010).

Em 9 de abril de 1952, as pressões sociais chegaram ao seu ápice dando início a Revolução de 1952, quando por meio de uma insurreição popular, os sindicatos ocuparam propriedades de terra, empresas, órgãos do governo, levando o MRN a assumir o governo (VIEIRA, 2010). A revolução instituiu sufrágio universal para todos, dentre eles indígenas e analfabetos, incentivou os sindicatos e ampliou a participação dos trabalhadores nos órgãos governamentais e nas empresas nacionalizadas. Em consonância com o restante da América Latina, inaugurou-se o período do modelo nacional desenvolvimentista boliviano, que durou

até os anos 80, com o Estado assumindo o papel principal na economia, na acumulação de capital e sendo ele o responsável pela produção de bens e serviços. Porém, diferente do restante dos governos da América do Sul na época, não houve um incentivo à industrialização nacional, mantendo sua economia pautada na exportação de produtos primários como o estanho, o petróleo e o gás natural, controlados pelo setor público (WANDERLEY, 2009).

Durante tal período houve considerável avanço nos direitos trabalhistas e na participação das camadas historicamente excluídas da arena política. Entretanto, o MRN se concentrou em controlar os grupos mais radicais de esquerda dentro de sua base de apoio, fazendo assim um manejo de quais direitos seriam dados, segundo seus interesses políticos. Dessa forma é possível perceber que apenas uma parcela da população obteve de fato tais direitos, visto que a indústria incipiente abarcava uma pequena parte dos trabalhadores bolivianos que foram majoritariamente absorvidos pelo mercado informal, doméstico ou de pequenos agricultores, onde prevaleciam as relações pré-capitalistas de produção (idem).

Segundo Wanderley (2009), mesmo representando uma pequena parcela dos trabalhadores bolivianos em geral, os sindicatos ganharam grande força na época e se tornaram importantes articuladores na relação entre os trabalhadores e o Estado boliviano. A Central Operária Boliviana (COB) chegou a participar do governo nos primeiros anos da revolução até que em 1956 se tornou oposição. Durante os anos de ditadura que se seguiram a partir de 1964, sofreu grande repressão até que se tornou ilegal entre 1968 e 1977 quando retornou com grande força na busca por melhores condições de trabalho.

De 1964 até 1982 a Bolívia teve em sua história política diversos golpes de Estado e mandatos de curta duração caracterizando mais um período de instabilidade política no país fechando seu período estatista em uma situação de hiperinflação devido à queda dos preços das commodities e a crise da dívida externa característica da região sul americana na época, tal contexto agravou os índices de desemprego e de informalidade no mercado de trabalho (WANDERLEY, 2009).

### *2.1.2 A era dos governos neoliberais (1985-2002)*

A partir de 1985 com o decreto do supremo 21.060, criou-se um plano para estabilizar a economia boliviana em colapso, dando fim oficialmente ao modelo nacional desenvolvimentista, que veio perdendo força devido à crise generalizada na América Latina, começando a ser substituído pelo modelo de livre mercado e de privatizações de estatais, ou seja, o novo paradigma apontava para a saída do Estado como ator principal de promoção do

desenvolvimento implicando, pelo menos neste primeiro momento, em uma redução das políticas sociais elevando ainda mais a taxa de desemprego (GUIMARÃES; DOMINGUES; MANEIRO, 2009).

Desde então o que ocorreu no âmbito das elites políticas no poder boliviano foi o que se convencionou chamar de “democracia pactuada”, onde ocorria uma espécie de aliança entre os principais partidos que teriam como grande ponto de convergência as práticas e ideologias neoliberais. Assim, foi reservado ao Estado o papel de garantidor da estabilidade econômica e de investidor em serviços básicos como a saúde, a educação, o saneamento básico e a infraestrutura, enquanto o mercado e o setor privado em geral, ficaram encarregados de fazer os investimentos produtivos. As privatizações foram generalizadas, desde o setor de serviços até ao produtivo e de recursos naturais, chegando ao ápice em 1997 quando foi apresentado ao Congresso o polêmico projeto de “Lei da Água” que visou privatizar os serviços de abastecimento do país (DA SILVA, F, 2009).

Wanderley (2009) divide essa época neoliberal em essencialmente dois momentos distintos. O primeiro que vai de 1985 até 1993, onde os governos focaram principalmente em obter novamente o equilíbrio macroeconômico, perdido na década de 80, através de planos ortodoxos aos moldes do “Consenso de Washington” para assim conseguir controlar a inflação, e um segundo momento que abarca desde o ano 1993 até 1999 quando o objetivo se tornou aprofundar as reformas estruturais de segunda geração e as privatizações. Neste segundo período foi se consolidando a ideia de que não havia compatibilidade entre a estabilidade econômica e o incentivo à indústria nacional, nem às políticas industriais para o desenvolvimento econômico e social, explicando, portanto a falta de políticas de desenvolvimento produtivo durante o período.

Dessa forma, o período neoliberal foi caracterizado por um momento em que o modelo de desenvolvimento separou estritamente as políticas econômicas das sociais. Enquanto no âmbito econômico ocorreram as mencionadas reformas macroeconômicas e financeiras, centradas nos setores como de hidrocarbonetos, telecomunicações, transporte, eletricidade e águas, esperando-se que as privatizações e a liberalização dos mercados fossem suficientes para reativar a economia e conseqüentemente diminuísse o índice de desemprego, não foram feitas políticas de desenvolvimento para os outros setores como o agropecuário e a fraca indústria têxtil, onde se concentrava a maior massa de trabalhadores bolivianos (WANDERLEY, 2009).

Não obstante, alguns importantes logros sociais foram obtidos no período mesmo que com limitações. O Fundo Social de Emergência (FSE) foi criado para ajudar na transição do

desempregado para seu novo emprego criando empregos provisórios, depois de alguns anos se tornou o Fundo de Investimento Social (FIS) responsável pelos empregos provisórios que dessem apoio aos setores da saúde e da educação. A partir de 1992 também houve uma maior preocupação para promover melhoras na saúde e reforma estrutural na educação, além de buscar aumentar sua cobertura e qualidade em território boliviano. Apesar disso, tais ações estatais não lograram mudanças significativas na desigualdade entre a qualidade do serviço público e privado, visto que 59% da população ainda utilizava a saúde privada. Ademais, embora os indicadores de pobreza medida por necessidades básicas insatisfeitas tenham diminuído, a melhora se concentrou nas cidades, enquanto na área rural 91% da população não possuía saneamento básico ou saúde. E apesar do índice da pobreza medido pela renda não ter piorado, a desigualdade aumentou e o Coeficiente de Gini subiu de 0,54 (1989) para 0,61 (2002) (WANDERLEY, 2009).

O maior avanço social desta época pode ser entendido como o momento em que o então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, em 1994, promulgou a Lei de Participação Popular (LPP), onde foi possível observar certa abertura para os movimentos indígenas adentrarem à lógica do jogo político. Tal lei consistia na descentralização administrativa com reformas institucionais de segunda geração adicionando maior relevância para o poder municipal, aumentando sua verba e dando um papel de fiscalizador e controlador para as pequenas comunidades rurais e comunitárias que passaram a ser reconhecidas oficialmente (DA SILVA, R, 2009).

Mesmo com a criação de todos esses programas e estratégias sociais do governo, o que se percebe é a falta de uma verdadeira articulação conjunta e maior coordenação. Os governos que se seguiam no poder não deram continuidade nas orientações dos programas o que fez com que poucos deles tivessem algum sucesso concreto. Sendo assim, como aponta Wanderley (2009), as reformas do período neoliberal acabaram apenas reforçando o modelo de crescimento econômico dependente, focado na exportação de recursos naturais, sem desenvolver o setor privado nacional, onde se concentrava a massa trabalhadora, resultando no aumento do emprego informal e incentivando as atividades de contrabando, como o comércio e serviços a varejo e como caso da produção da folha de coca.

A influência internacional no âmbito boliviano vai além da adoção da agenda de Washington e das instituições internacionais que emprestaram capital para renegociação da dívida externa. No caso boliviano foi visível a tentativa de restringir a produção da folha de coca devido ao intenso tráfico de cocaína para, em sua maior parte, o consumo dos países desenvolvidos. Dessa forma, os governos neoliberais tiveram em comum a política de

repressão das comunidades indígenas produtoras, principalmente na região do Chapare buscando acabar com as plantações de coca. Logo, no mesmo momento em que essas medidas eram implantadas, iniciava-se a consolidação dos movimentos sociais que agregaram à luta contra as privatizações de serviços e de suas riquezas naturais, a luta contra a repressão da plantação de coca, uma tradição milenar das comunidades indígenas dos Andes (GUIMARÃES; DOMINGUES; MANEIRO, 2009).

No ano de 2002, Gonzalo Sánchez de Lozada se candidata novamente às eleições presidenciais com a campanha “*Sí se puede*” baseada na proposta de um pacote de medidas neoliberais para superar a crise boliviana latente. Neste contexto, Evo Morales aparece como seu principal adversário, rechaçando tais medidas e representando a resistência cocaleira e indígena (GUIMARÃES; DOMINGUES; MANEIRO, 2009). Apesar de Lozada vencer as eleições, o clima de tensão dos movimentos sociais e a significativa força de Morales nas urnas começaram a deixar claro que enquanto as políticas sociais de reformas institucionais, de promoção da diversidade étnica e de maior participação política não fossem feitas acopladas às medidas concretas de diversificação produtiva e de empregos de qualidade, tentando diminuir o mercado informal, seria pouco provável resultados significativos na luta contra a pobreza (WANDERLEY, 2009).

Desde 1985 até 2005, os acordos da “democracia pactuada” mantiveram no poder cinco diferentes governos sem conseguir resolver a situação boliviana de crise econômica e sem significativos avanços sociais. Com isso, foi se tornando evidente para a sociedade que as medidas neoliberais não conseguiriam resolver os problemas e ao mesmo tempo retirava dos bolivianos o controle de seus próprios recursos naturais. Dessa forma, tais governos foram perdendo gradativamente sua legitimidade devido aos insuficientes avanços na luta contra a pobreza e com a queda de credibilidade da representatividade do sistema dos partidos que foi sendo cada vez mais identificado dentro de uma estrutura clientelista do aparato estatal (DOMINGUES, 2009).

Ademais dos fatores internos, adicionasse a politização dos indígenas camponeses que viram na campanha promovida por toda a América Latina, de 500 anos da resistência indígena, negra e popular na região, um maior contanto entre grupos marginalizados de diversos países, com outras experiências de participação política junto com a oportunidade de maior interação a partir da LPP em 1994, dando o contexto propício para a maior consolidação da luta desses movimentos por maiores direitos políticos, econômicos e sociais (DA SILVA, F, 2009).

### *2.1.3 Os movimentos sociais bolivianos: o MAS e a questão indígena*

Dessa maneira, a sociedade boliviana foi desde sua colonização extremamente racista e desigual, com suas comunidades indígenas sempre a margem dos avanços de direitos políticos, sociais e em geral se encontram até hoje nas faixas com o maior índice de pobreza do país. Durante a Revolução de 1952, apesar de significativos avanços nos direitos trabalhistas, o que ficou evidente nesta época foi uma tentativa de transformação da questão étnica em algo essencialmente classista. Os indígenas camponeses, os indígenas mineradores, entre outros grupos foram sendo convencidos de que a sua posição no mercado de trabalho era essencialmente a base das injustiças e discriminações que viviam ao decorrer da sua jornada. O fortalecimento dos sindicatos também influenciou nessa perda da noção de identidade étnica de alguns grupos, visto que eles se mostravam como única forma de participação dessas comunidades no cenário político (DA SILVA, R, 2009). Tal situação só irá se modificar durante os anos 1980, quando ocorre uma crise do movimento sindical que se fragmenta em suas demandas e há uma perda de capacidade de mobilização da COB (WANDERLEY, 2009).

Sendo assim, durante as últimas décadas do século XX quando os sindicatos perderam força na centralidade das representações, devido ao limitado resultado na busca pela reforma agrária e com desenvolvimento de estruturas regionais e educacionais que permitiram a ascensão de lideranças indígenas, não tardou para se tornar claro que a visão essencialmente classista não condizia com a complexa sociedade boliviana multiétnica, ocorrendo assim o ressurgimento dos movimentos indígenas no país. Como exemplo da busca de renovar a visibilidade da causa indígena e da multiétnicidade da sociedade boliviana ocorreu, em agosto de 1990, a “Marcha Indígena pelo Território e a Dignidade” que buscava uma maior igualdade econômica, social e política para os povos indígenas. Ademais, a mobilização dos plantadores de coca na região de Cochabamba também demonstrou o ressurgimento do pertencimento dos elementos indígenas mesclados com as heranças sindicalistas da época da Revolução. (DA SILVA, F, 2009) Surgia assim, a necessidade de um movimento que tivessem a noção classista de desigualdade sem deixar de lado as questões das diversidades étnicas.

Tal grupo tentou se organizar de maneira diferente da concepção de partido político tanto pela descrença no sistema partidário boliviano de representar as questões indígenas e camponesas, como para demonstrar que possuíam intuítos diferentes dos partidos tradicionais. Em 1995, quando ocorreu o primeiro Congresso sobre Terra, Território e Instrumento Político

em Santa Cruz, aprovou-se a criação da Assembleia pela Soberania dos Povos que seria um “instrumento” político dos povos indígenas, entretanto, não foi aceito nesse formato pela Corte Nacional Eleitoral. Dessa maneira, as organizações que fariam parte desse agrupamento buscaram participar das eleições de 1995 e 1997 dentro da denominada “Esquerda Unida” (DA SILVA, F, 2009). Mais tarde, buscando legitimar o instrumento político de reorganização do movimento indígena optou-se por utilizar uma sigla que já existia, MAS - Movimento ao socialismo – para caracterizar as ações do grupo que buscava a legitimidade indígena no âmbito político (GUIMARÃES; DOMINGUES; MANEIRO, 2009).

O Movimento ao socialismo (MAS), partido do futuro presidente Evo Morales surgiu em 1992 quando seis sindicatos de cocaleiros (plantadores de coca) na região do Chapare, departamento de Cochabamba, criaram a Coordenadoria das Federações do Trópico do Chapare. Como já abordado anteriormente, esta região sofreu principalmente na era neoliberal, mas não restrita a ela, grande número de migrantes que buscavam através do cultivo da coca melhorar sua renda dentro de uma sociedade extremamente desigual e com poucas oportunidades. Dessa forma, com os governos neoliberais, apoiados por atores internacionais, intensificou-se a repressão sobre a região. Sendo assim, desde muito cedo os cocaleiros se organizaram em uma resistência antioligárquica, antineoliberal e anti-imperialista, elegendo a folha de coca como símbolo da resistência indígena que ocorreu por meio de marchas, greve de fome e mais recentemente pela atuação política (DA SILVA, F, 2009).

Desde suas origens o MAS se mostrou um conjunto de ideais vinculados aos povos tradicionais em uma ampla concepção de esquerda onde os elementos de nacionalismo popular e revolucionário sempre estiveram presentes acoplados às ideias de pluralismo étnico e classista, com os ideários simbólicos de um “povo” em oposição às oligarquias partidárias, buscando a democracia e a “refundação do país” longe dos preceitos da colonização interna e do imperialismo que se faziam vigentes no poder. Procurando tecer alianças e acordos com grupos políticos, sindicatos e lideranças comunitárias que estavam igualmente descontentes com o sistema partidário, ganhou grande relevância nacional (DA SILVA, F, 2009).

É importante ressaltar que o MAS possui suas peculiaridades desde sua fundação, sendo um partido político atípico e enquadrado em um sentido mais amplo desse conceito. É considerado pela maioria dos teóricos como um partido de esquerda na medida em que observa-se sua incessante busca pela igualdade no sentido social. Porém suas premissas ideológicas indígenas e a busca pela igualdade étnica mostram que o partido vai além da clássica dicotomia esquerda *versus* direita, deixando-a em alguns momentos em segundo plano

em detrimento da visão nacional, multiétnica, e pós-moderna. Segundo Fabrício da Silva (2009, p. 53), “Os integrantes oriundos do campo costumam definir o MAS como um instrumento dos movimentos sociais e dos povos originários, enquanto os vindos da massa urbana o caracteriza como partido político popular ou de esquerda”.

Tal definição pouco tradicional entre os teóricos pode ser entendida como problema para alguns, mas também é percebida como essencial para que o MAS ganhasse força e se torna-se uma opção concreta em uma sociedade que também se mostra complexa e multifacetada dentro de um contexto onde a crise dos partidos políticos tradicionais com ideologia neoliberal se soma à um ciclo de revoltas populares. Consequentemente, a partir de 2002, o MAS se aproxima de movimentos tradicionais de esquerda com seu discurso policlassista e multiétnico captando trabalhadores urbanos, classe média e pequenos e médios empresários, que se veem representados pelo vice-presidente Antônio Peredo. Com o aprofundamento dos protestos e as demandas da população o MAS reformulou seu programa e trouxe para o âmbito de suas demandas o fim da exportação de gás natural por portos chilenos e à renúncia do então presidente Sánchez Lozada, mas sempre por meios constitucionais defendendo a democracia. Ademais, consolidou sua estratégia de resistência por meio da participação eleitoral, continuou incentivando protestos, marchas e bloqueios de estradas para legitimar sua estratégia eleitoral além uma gradual suavização do discurso revolucionário (DA SILVA, F, 2009).

A partir do exposto, é possível perceber que em um contexto de crise do neoliberalismo e do sistema partidário que sustentava tais ideais, o MAS conseguiu se mostrar como uma alternativa viável de mudança para um plurinacionalismo refundacionista contra oligárquico, com a aprofundação da participação política e da democracia ainda em processo de consolidação dentro da sociedade boliviana. Ressaltasse, por fim, que o partido desde seus primórdios teve uma divisão interna entre os mais radicais, que não viam a via democrática como algo concreto e os que investiam na via eleitoral, sendo que a partir de 2002 a segunda vertente ganhou grande força interna. A divisão entre priorizar a questão étnica ou classista também foi sempre presente nos conflitos internos. Morales aparece como a figura moderadora entre os conflitos internos, sendo a única liderança passível de unir das dissidências partidárias (idem).



#### 2.1.4 A ascensão de Evo Morales (2006-2010) e a refundação do país

Juan Evo Morales Ayma é da etnia *Aymara* e nasceu no município de Orinoca, no altiplano boliviano. Devido à grande pobreza da região, sua família se mudou para o departamento de Cochabamba, na província de Chapare, onde começou a ganhar notoriedade política defendendo o direito indígena milenar de cultivar a folha de coca. Em 1983 entrou no sindicato agrícola de São Francisco e em 1985 já ocupava a secretaria geral. Três anos depois foi eleito secretário executivo da Federação do Trópico de Cochabamba, órgão no qual alguns anos depois se tornou presidente, além de presidir o Conselho Andino de Produtores de Coca (CAPHC). Como tal, Morales mobilizou por meio de protestos, marchas e confrontos a população indígena contra os planos governamentais que visavam reduzir a produção de coca (única fonte de renda dos indígenas da região) devido à pressão internacional sobre o narcotráfico. Em 1997 se tornou membro do Congresso representando a causa indígena e o movimento cocaleiro (BIOGRAFÍA Y VIDAS, 2015).

Em 1998, houve um rompimento dentro de movimento indígena cocaleiro que dava seus primeiros passos na busca de um espaço de articulação na arena política eleitoral. Morales acusava o então presidente da Assembleia pela Soberania dos Povos de negociar com o governo do ditador Hugo Bánzer (1997- 2001) que além de agir de maneira autoritária utilizava-se dos preceitos neoliberais. Houve uma ruptura no movimento e Morales conseguiu manter a maior parte das bases de militantes eleitos. Em 1999, o movimento liderado por ele se apropriou da sigla MAS que foi gradativamente sendo aceita pelos militantes, sofrendo apenas uma atual modificação na qual passou a ser denominado MAS-IPSP (Movimento ao Socialismo – Instrumento Político pela Soberania dos Povos). Durante as eleições de 1995 até 1999, onde Morales se candidatou pela primeira vez em 1996, foram de extrema importância para convencer os integrantes do movimento de que a via eleitoral seria possível (DA SILVA, F, 2009).

Foi no ano seguinte, em 2000, ainda durante o governo de Bánzer, que ocorreu a chamada Guerra da Água, momento crucial para o movimento indígena, para Morales e para toda a sociedade boliviana. O contexto era de grave problema de distribuição de água no departamento de Cochabamba, onde mesmo com a metade da população nas cidades, a maioria não possuía acesso ao sistema público de distribuição de água potável. O então presidente decidiu por meio de um plano governamental, privatizar a água do departamento para o consórcio *Aguas del Tunari* (ADT) que tinha a pretensão de aumentar as tarifas em até 300%, causando descontentamento geral da população. A sociedade boliviana desde setores

urbanos e rurais, além dos movimentos indígenas se organizaram e protagonizaram marchas e protestos que fecharam estradas nacionais contra tal privatização exigindo que o governo volta-se atrás em sua decisão, o governo por sua vez, declarou estado de sítio e os confrontos violentos resultaram em mortes e muitos feridos. Vendo a situação de geral desaprovação e agravamento dos movimentos sociais o governo voltou atrás da medida, fortalecendo os movimentos sociais, tanto o MAS de Morales quanto o Movimento Indígena *Pachakuti* (MIP) de Felipe Quispe quem disputaria espaço com Morales na representação política dos povos indígenas (GUTIERREZ e LORINI, 2007).

Devido à situação cada vez mais instável da sociedade boliviana, acoplada com a grande visibilidade dos problemas sociais e dos movimentos sociais, nas eleições presidenciais de 2002, o MAS conseguiu o segundo lugar com 20,94% dos votos enquanto o vencedor Sánchez de Lozada alcançou 22,46%. Durante o governo de Lozada, em 2003, anunciou-se a concessão às empresas estrangeiras da exportação e produção de gás natural, principal setor produtivo boliviano, ocasionando uma nova onda de forte reação indígena e popular contra tal ação governamental, abrindo um processo de instabilidade e radicalização que levou à renúncia de Lozada no mesmo ano. O vice-presidente Carlos Mesa foi o encarregado de terminar o mandato e de findar a chamada Guerra do Gás, conduzindo um plebiscito em 2004 para a criação de uma nova lei de hidrocarbonetos. Apesar de durante o plebiscito a população e os movimentos sociais terem apontado apoio a uma maior taxa dos royalties sobre empresas estrangeiras visando impulsionar o desenvolvimento, Mesa cedeu à pressão internacional e estabeleceu uma taxa abaixo da expectativa da população, de 18 a 32% dos royalties. Embora não tendo agradado completamente o MAS e as outras organizações populares, tal medida conseguiu controlar os protestos populares (DOMINGUES; GUIMARÃES; MANEIRO, 2009).

Tais acontecimentos consolidaram a vontade popular de implantar a chamada “agenda de outubro” que basicamente buscava a convocação de uma nova Assembleia Constituinte e a nacionalização dos hidrocarbonetos. O MAS observando o contexto de possível colapso democrático iniciou uma postura de discurso mais moderado, sugerindo uma assembleia popular originada de assembleias locais e de uma nacionalização dos hidrocarbonetos, ao invés da estatização, através da refundação da estatal petrolífera que teria a colaboração das empresas privadas. Dessa forma, o partido assumiu um papel moderador entre os setores mais radicais do MIP e os partidos tradicionais. Ainda apoiou Mesa enquanto assumia o compromisso de assinar a agenda de outubro e só retirou o apoio quando o decreto de

nacionalização em 2005 não foi assinado por tal, se juntando assim ao coro popular que pedia a saída do presidente sempre reforçando as saídas constitucionais (DA SILVA, F, 2009).

Em um contexto de ascensão da importância do MAS na cena política e a aproximação das eleições de 2005, com a possibilidade de eleição de Evo Morales, ressurgiu a preocupação da região designada Meia Lua (que abarca os quatro departamentos mais desenvolvidos e de maior reserva de recursos naturais bolivianos), buscando legitimar demandas autonomistas que ficou conhecida como “agenda de janeiro” em oposição à “agenda de outubro”, onde buscava-se referendos de autonomias departamentais e a eleição dos prefeitos dos departamentos, que até então eram indicados pelo presidente. Visando garantir sua vitória nas eleições, o MAS negociou tais demandas (DA SILVA, F, 2009).

Sendo assim, nas eleições de 2005, quando o MAS teve maior aproximação dos partidos de esquerda tradicionais, dos movimentos urbanos, intelectuais e camadas médias, conseguiu vencer o candidato conservador e neoliberal Jorge Quiroga do partido Podemos (Poder Democrático e Social) com 53,7 % dos votos. O partido conseguiu se mostrar como uma alternativa fora do âmbito dos partidos tradicionais, além de direcionar os descontentamentos populares em relação aos episódios de privatizações e do contexto de grande desigualdade, dessa forma o contexto político conturbado potencializou a plataforma do partido. Seu projeto de Estado plurinacional e democrático, pautado na demanda de nacionalização dos hidrocarbonetos, de investimento em infraestrutura, com a retórica ideológica étnica e de esquerda moderada se fez vencedor em uma Bolívia que buscava uma realidade mais igualitária e nacionalista após anos de governos neoliberais que se mostraram ineficazes às instabilidades e desigualdades econômicas e políticas (DA SILVA, F, 2009).

## **2.2 A Argentina de Néstor Kirchner**

Néstor Kirchner assume o poder em 2003 como um dos três representantes do Partido Justicialista na corrida presidencial, representando a vertente peronista do partido, através de um discurso nacionalista e popular procurando, apesar de seu histórico na carreira política, se distanciar da imagem desgastada dos partidos tradicionais e ideias neoliberais dos governos anteriores. Apesar de seu principal oponente Carlos Menem também pertencer ao mesmo partido, possuíam plataformas políticas distintas, nas quais o menemismo ficou identificado como opositor à corrente peronista.

Sendo assim, para entender melhor o panorama político, econômico e social argentino, no contexto da crise econômica de 2001, a ascensão de Néstor Kirchner e os dias atuais,

precisasse compreender o impacto do governo de Juan Perón e do chamado peronismo na sociedade argentina e no seu imaginário político, devido à sua grande influência desde o fim de seu governo até os dias de hoje.

### *2.2.1 Antecedentes políticos e sociais argentinos: O peronismo*

Juan Domingues Perón chegou à presidência em 1946, três anos depois de um golpe militar retirar do poder Ramón Castillo, acusado de corrupção e fraude durante seu governo. Após o golpe, feito com apoio de diversos grupos, se sucederam múltiplos governos militares, no qual Perón fez parte e colocou em prática diversas reformas sociais para os trabalhadores, principalmente os operários urbanos, o que o logrou grande apoio na área política. Dessa maneira, nas eleições de 1946, com o apoio popular adquirido e a dispersão da oposição Juan conseguiu se eleger democraticamente com 54% dos votos (DA SILVA, P, 2014).

Perón representava uma ala militar nacional desenvolvimentista, que rechaçava tanto o liberalismo como o comunismo. Em seu início, durante os governos militares, tinha como plataforma mediar a relação entre os trabalhadores e os empresário, entretanto, os últimos não aceitaram tal mediação, e passaram a ser oposição dos projetos sociais de seu governo. As principais características do peronismo foram: o desenvolvimento econômico acoplado a uma busca de se apresentar como o verdadeiro representante de um projeto nacional e popular, promovendo a justiça social impulsionando as formas de organizações, como sindicatos e grupos sociais, ao mesmo tempo em que mantêm o controle delas, reservando ao Estado a função de mediador, coordenador e garantidor dos meios que seriam utilizados para alcançar os novos direitos políticos e sociais. Não faltaram, contudo, perseguições aos movimentos sociais e políticos opositores durante seu governo (HAINES, 2008).

Apesar de eleito democraticamente, seu mandato foi caracterizado por diversas medidas autoritárias. Não obstante, adquiriu diversos opositores sofrendo em 1955 um golpe de Estado que interrompeu seu governo. As tentativas de eleições seguintes, nas quais ele esteve proibido de participar, resultaram em diversos governos extremamente frágeis que findaram em mais uma intervenção militar em 1966 durante o governo de Illia representante do partido União Cívica Radical (UCR). Em consequência das diversas experiências autoritárias na história argentina, uma oposição política foi tomando consistência, principalmente entre trabalhadores e estudantes, resultando mais tarde em uma grande aliança que organizou os maiores protestos sociais e populares até então, alguns conhecidos como o “Corbobo” e o “Rosario” que levaram à grande instabilidade social em diversas cidades.

Ademais, durante os governos ditatoriais surgiram vários grupos político-militares como as Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e os *Montoneros*, unindo-se mais tarde no Exército Revolucionário do Povo (ERP), que em ações conjuntas conseguiram enfraquecer os governos que se viram obrigados a organizar uma saída eleitoral do poder (STUART, 2008).

Houve, portanto uma ação combinada entre o governo militar, a oposição e a sociedade civil organizada tendo Perón, que voltava do exílio na Espanha, como um de seus mediadores. Dessa forma, em 1973 foi eleito o presidente Héctor Cámpora com o compromisso de convocar novas eleições nas quais Perón venceu com 80% dos votos. Contudo, seu novo mandato foi interrompido por uma grave doença que provocou a sua morte em 1974, tomando o poder sua esposa e vice-presidente Isabel Perón. Nesse contexto se instaurou o caos generalizado na sociedade argentina que resultou, em 1976, em um novo golpe de Estado por militares iniciando um dos períodos mais violentos da história do país (STUART, 2008).

#### *2.2.2 A era neoliberal e o colapso da economia argentina (1976-2001)*

Com o fim da década de 1980 e início da de 1990, o contexto internacional pós-conflito da Guerra Fria com o colapso da União Soviética provocou uma transformação do panorama da comunidade internacional. Anteriormente entendida como uma disputa de duas grandes potências mundiais, passa a partir desse momento a ser um ambiente no qual prevalecia um único líder econômico e político, os Estados Unidos, e a democracia liberal emergia como a ideologia vencedora do embate com o comunismo. Dessa forma, o paradigma neoliberal foi exposto e promovido tanto pelo próprio Estados Unidos como pelas instituições internacionais, empresas e investidores financeiros como condicionamento para ajuda financeira, além de entendido como a solução para todos os países que estavam em colapso econômico, seja os ex-países soviéticos ou os próprios países em desenvolvimento, como foi o caso da América Latina. (VADELL, 2006).

Sendo assim, o paradigma neoliberal de prioridade ao direito do capital, despolitização e desregulação da política econômica além da abertura ao mercado externo foi ganhando força na América Latina a partir dos anos 1982-83 com a generalização da dívida externa dos países em desenvolvimento. Tal orientação foi resumida e ganhou maior destaque na região com o denominado Consenso de Washington, em 1989. Suas recomendações foram genéricas e abrangentes como a solidez macroeconômica, a diminuição do Estado interventor, abrindo espaço para o setor privado e políticas de redução da pobreza. Devido à simplicidade das

propostas, tais medidas foram facilmente incorporadas pelos países latino-americanos, além de seu principal atrativo ser sua consonância com as ideias das elites políticas, que transformaram tal discurso em um projeto obrigatório e incontestável (CARVALHO, 2008).

Na mesma época, Carlos Menem, representante do partido Justicialista, ganha as eleições presidenciais em 1989, através de um discurso no clássico estilo caudilho regional e populista, herdando uma crise inflacionária e social representativa pelo alto grau de violência generalizada, com inclusive saques ao comércio, que levou o então presidente Raúl Alfonsín (1983- 1989) a renunciar seu cargo (VADELL, 2006). Durante seu governo, Menem buscou estabilizar a economia, combatendo a inflação e retornando o equilíbrio fiscal público. Para tais fins, optou pelo paradigma neoliberal, instituindo reformas com base em três pontos: as privatizações de empresas públicas, a abertura comercial e a liberalização financeira. Na busca de estabilidade financeira, o então ministro da economia Domingo Cavallo, apresentou a Lei de Convertibilidade, em 1991, que estabeleceu basicamente a paridade de 1 peso para 1 dólar, através de taxas de câmbios fixas, obrigando o Banco Central a manter a reserva de dólar em relação ao peso circulante. Nos primeiros anos a lei se mostrou relativamente bem sucedida conseguindo diminuir os níveis de inflação, melhorando as expectativas da população em geral e dos investidores privados internacionais e nacionais (DA SILVA, R, 2009).

Todavia, a partir de seu segundo mandato a situação se deteriorou e os conflitos internos no governo aumentaram o descontentamento da população diante de diversos escândalos de corrupção, além do aumento da taxa de desemprego e da queda da renda em geral (DA SILVA, R, 2009). Com a crise econômica mexicana em 1994, o ambiente de investimentos nos países da América Latina começava a entrar em um momento de retração, provocando a saída de capitais da Argentina. Mesmo com esse novo cenário, o governo Menem manteve as diretrizes de enorme abertura ao exterior e de supervalorização do peso com a conversibilidade, o que provocou sucessivas quedas e déficits na economia do país. A situação se agravava na medida em que países semelhantes como o Brasil (1999) e a Rússia (1998) também tinham suas economias deterioradas, criando um ambiente internacional bastante desfavorável aos investimentos estrangeiros em países emergentes (VADELL, 2006).

Na área de política externa Menem se baseou no estudo de Carlos Escudé (1992) intitulado como Realismo Periférico, no qual à Argentina, devido à sua posição no meio internacional, não restava nada além de se alinhar automaticamente à potência hegemônica para assim obter alguns benefícios. Portanto, sua política se apoiou em dois grandes pilares: uma relação estreita e preferencial com os Estados Unidos e aceitação quase que completa do

paradigma neoliberal. Dessa forma, segundo Vadel (2009), foi possível observar um dos projetos mais ousados de liberalização na região, além da mudança do princípio argentino de não-intervenção em assuntos internos ao participar da Guerra do Golfo, votando favoravelmente para investigação sobre Direitos Humanos em Cuba, a sua retirada do movimento de Países Não-Alinhados, entre outros acontecimentos que demonstravam o total alinhamento à Washington.

O processo de privatização argentino foi feito de modo irresponsável, sem preocupações em manter certo controle do Estado sob os mecanismos de regulação e em grande parte pela pressão da crise cambial e fiscal que afetou o país entre os anos 1988 e 1990. O país entrava oficialmente na área de influencia neoliberal visivelmente a partir 1991 com a adoção de um regime cambial fixo ultra-rígido, devido à Lei de Conversibilidade durante o governo de Carlos Menem. Manteve também os juros baixos para incentivar a expansão econômica necessária para amenizar os efeitos negativos da valorização do peso, devido à conversibilidade (CARVALHO, 2008). É durante esse período que o governo argentino começa a receber maior importância do governo estadunidense de Bush e das instituições financeiras internacionais como um exemplo a ser seguido de reforma neoliberal bem sucedida na região (AYERBE, 2008).

Em 1999, chega ao poder pela Aliança dos partidos UCR e Frepaso, Fernando de la Rúa (1999- 2001) com o discurso de promover a transparência governamental, contra os escândalos de corrupção do governo anterior em um contexto de recessão econômica. Além da fragilidade econômica, De la Rúa teve que lidar com o cenário desfavorável dentro do Congresso sendo os principais governadores majoritariamente peronistas (VADELL, 2006).

Na área econômica o governo se comprometeu em manter a Lei de Conversibilidade, conservando uma política fiscal contracionista aumentando os impostos e os cortes nos gastos públicos, evitando o calote aos credores internacionais, mas buscando melhorar os pontos negativos do governo neoliberal anterior, como as altas taxas de desemprego e de pobreza. Novos acordos com o FMI foram feitos, apoiados financeiramente pelos Estados Unidos, para renegociar as dívidas. Tais medidas de austeridade foram altamente prejudiciais para a camada média e a mais pobre da população argentina, como por exemplo, por meio de ajustes que implicaram na redução nominal do salário de funcionários públicos (VADELL, 2006).

Apesar das novas tentativas de ajuda internacional, a economia argentina continuou com um desempenho abaixo do esperado criando grandes dificuldades para o governo cumprir metas fiscais acordadas com o FMI nos anos de 1999 e 2000. Para evitar o total colapso financeiro, o FMI manteve e intensificou a ajuda financeira, sendo que em

contrapartida o governo deveria adotar medidas de maior arrocho fiscal. Em 2001, De la Rúa conseguiu aprovar no Congresso medidas que aumentavam os impostos sobre transações financeiras e outras que pretendiam atrair investimentos, para assim garantir o pagamento dos juros da dívida. Entretanto, com o avançar do ano a situação argentina se deteriorou ainda mais, os juros da dívida subiram e a recessão se acentuou, elevando a relação dívida/PIB, resultando em uma corrida da população aos bancos, que consequentemente diminuíram as reservas nacionais. Em novembro, o então Ministro Cavallo buscou novas negociações com o FMI, contudo o órgão anunciou que não seriam liberados novos empréstimos ao governo. Sem acesso aos novos montantes de dólar o governo anunciou o famoso *corralito*, medida que inicialmente fechou os bancos e mais tarde restringiu o saque em 250 dólares por semana (DA SILVA, R, 2009).

As manifestações populares recorrentes desde o governo de Menem chegaram ao seu ápice com o anúncio do *corralito* durante os governos que se seguiram. A grande recessão econômica acoplada aos maiores cortes de gastos públicos, principalmente na área social, a redução dos salários, o aumento da pobreza e a taxa de desemprego que chegou a 20% na época, fizeram com que os protestos populares tomassem conta de todo o país. Dentre eles os chamados *panelazo* e o movimento “*que se vayan todos*” explicitavam a descrença no governo de De la Rúa e em todo o sistema partidário argentino. Nesse contexto de total falência do sistema financeiro, crise de representatividade e aumento das manifestações populares, a economia argentina entrou em pleno colapso durante dezembro de 2001, quando De la Rúa renúncia à seu mandato. A crise política institucional se tornou evidente quando em apenas dez dias quatro presidentes provisórios estiveram no poder, dentre eles Rodríguez Saá que declarou a moratória unilateral da dívida externa (DA SILVA, R, 2009).

Em janeiro de 2002 foi indicado pela Assembleia Legislativa Eduardo Duhalde representante do partido Justicialista e ex-governador da província de Buenos Aires, para assumir a presidência provisoriamente até o fim do mandato de Fernando De la Rúa. Durante seu mandato ocorreu uma mobilização nacional entre diversos partidos, empresários e sindicatos para que se pudesse governar o que permitiu, durante seu breve governo, ratificar a moratória da dívida pública de seu antecessor, além de anunciar o fim da Lei de Conversibilidade. O então Ministro da Economia, Roberto Lavagna, divulgou o novo regime cambial no qual se estabeleceu a cotação de 3 pesos para 1 dólar, buscando estimular as exportações de produtos primários e a industrialização por meio de substituição de importações (DA SILVA, R, 2009).



Apesar de aumentar o endividamento público, o fim da lei de conversibilidade reduziu a vulnerabilidade externa. Além disso, rompimentos de contratos com empresas que prestavam serviços públicos privatizados evitaram a subida abrupta das tarifas desses serviços. O governo de Duhalde criou impostos sobre os produtos exportados para que assim o governo tivesse parte dos lucros em um contexto de aumento das exportações devido à elevação dos preços internacionais das *commodities*. Nos anos seguintes, apesar de ter sido registrado maiores índices de crescimento econômico e superávits externos e fiscais, outras questões essenciais como a renegociação de contratos das privatizações, a recapitalização de bancos e a inclusão da população desempregada no mercado de trabalho foram deixadas em segundo plano o que fez com que as mobilizações sociais continuassem, levando o então presidente a antecipar as eleições presidenciais de dezembro de 2003 para maio do mesmo ano (DA SILVA, R, 2009). É importante ressaltar que o legado do governo Duhalde rendeu considerável diminuição da crise institucional e social que ameaçava a democracia argentina, a partir da desvalorização do peso e da promoção da política de substituição de importações onde tentou-se diminuir a crise econômica e reestabelecer a institucionalidade do poder Executivo (STUART, 2008).

Logo, as reformas neoliberais dos anos 1990 na Argentina resultaram em grande frustração para a sociedade argentina que em geral teve poucos benefícios econômicos, grande índice de desemprego, chegando a 20% da população ativa, recessão econômica e a piora nas condições de vida de grande parte da população. O PIB declinou em uma taxa anual de 16,3% e os salários caíram 18% no ano de 2002. Cerca de 53% da população vivia abaixo da linha da pobreza, índices nunca antes vistos na história Argentina (DA SILVA, R, 2009).

### *2.2.3 Os movimentos sociais e a ascensão de Néstor Kirchner (2003-2007)*

Os movimentos sociais argentinos, em especial o operário sempre estiveram presentes na realidade dessa sociedade, apesar de dispersos ideologicamente e politicamente. Tal situação só começou a se modificar em 1930 com a criação da Central Geral dos Trabalhadores (CTG), quando o movimento iniciou a se estruturar internamente. No âmbito de politização da classe operária e de utilização do sistema partidário como meio para alcançar suas pautas, é de consenso entre os estudiosos que tal circunstância ganhou força apenas durante o governo de Perón, mesmo que nessa época a atuação sindical tenha sido restringida e controlada pelo governo autoritário em uma conjuntura de Estado nacional protetor com o simbolismo da justiça social (DA SILVA, P, 2014). Dessa maneira, o

peronismo exerceu na história política argentina, uma grande influência tanto nos movimentos dos trabalhadores como dos estudantes, moldando a cultura política desde seus primórdios até os dias atuais (STUART, 2008).

Com o advento de ditaduras militares e os seguidos golpes de Estado que caracterizaram a instabilidade política desde a queda do peronismo, os grupos de resistência política se intensificaram. Um fator singular da realidade dos movimentos sociais na Argentina foi, portanto, a pouca relevância da premissa democrática. Em uma realidade na qual períodos democráticos foram breves, a luta se pautou no objetivo nacional de esquerda tendo o elemento democrático uma importância secundária, enraizando a concepção de que a área política era feita por confrontos (Idem).

Segundo Stuart (2008), Néstor Kirchner e sua esposa Cristina Kirchner faziam parte dessa juventude dos anos 70, dentro do movimento estudantil de Buenos Aires que fez ferrenha oposição aos governos autoritários que depuseram Perón e não tinham ainda experimentado a consolidação de direitos democráticos. Kirchner entrou no movimento estudantil e logo aderiu a uma corrente nacionalista, que tinha o peronismo como identidade social e política, fazendo oposição às tendências de esquerda ortodoxa no movimento. Fez parte da Federação Universitária da Revolução Nacional (FURN) de caráter exageradamente peronista que contestava a vertente do movimento estudantil voltada para a influência do Partido Comunista, de tradição antiperonista.

O governo de Perón ficou no imaginário histórico desta época como um governo que foi interrompido por um golpe de Estado militar, sendo ele a última experiência democrática argentina até então. Ademais, a atual política econômica voltada para modelos liberais e a política social de restrição dos direitos civis e políticos se tornou uma oposição ao modelo da época peronista que recebeu gradativamente uma esfera de misticismo entendida como uma época de ouro, onde um governo popular implementava o Estado de bem-estar social, da qual mais tarde o Partido Justicialista de Kirchner se apropriou (STUART, 2008).

Após o golpe de 1976, com o aumento da repressão sobre os grupos de oposição Néstor optou por exilar-se internamente, se mudando para sua pequena província de origem Santa Cruz, onde pode se refugiar da repressão sofrida nas grandes cidades. Com a volta da democracia em 1983, o presidente eleito Raúl Alfonsín, da UCR, contou com a coalizão de diversos grupos dissidentes para reerguer a democracia argentina pautada no respeito aos direitos humanos (Idem).

Kirchner manteve a vertente de identidade peronista e ressurgiu na cena política em 1983 dentro do Partido Justicialista apoiando internamente Artur Puricelli, candidato do

partido para as eleições governamentais de Santa Cruz. Puricelli venceu as eleições e fez de Kirchner chefe da Caixa de Previdência Social, seu primeiro cargo público, Cristina também se tornou funcionária deste governo. Mais tarde Néstor deixa o cargo por desentendimentos com o governador, mas Cristina continua fazendo parte do governo provincial. Em 1987, Kirchner disputa e ganha as eleições para a prefeitura de Rio Gallegos, capital da província de Santa Cruz e em 1991 é eleito governador da província, no mesmo momento em que Carlos Menem se elege presidente da Argentina (STUART, 2008).

Inicialmente Néstor apoiou e chegou a receber certos benefícios de Menem, porém em 1994 retirou seu apoio e articulou um movimento dentro do próprio partido Justicialista, contra a administração menemista chegando a enfrentar pessoalmente o presidente. Segundo Stuart (2008), Kirchner assume o cargo de governador em meio a uma grande crise financeira, momento onde foi possível testar sua capacidade de liderança política. Em 1994 foi reeleito governador com ampla maioria dos votos em todos os municípios de Santa Cruz. Durante o segundo mandato buscou impulsionar uma reforma Constitucional provincial que permitiu sua terceira candidatura e no decorrer de seu terceiro e último mandato como governador, participou ativamente da Liga dos Governadores das Províncias onde foi possível se projetar nacionalmente.

Como mencionado anteriormente, o anos 1990 foram de extremo pessimismo, crise econômica e social, levando ao colapso argentino no ano de 2001. A crise do neoliberalismo marcou o descrédito da população frente ao sistema partidário tradicional como exemplificado nos protestos que tinham como frases de ordem “*Que se vayan todos*”, além da acentuação dos movimentos sociais que se radicalizavam. Os sentimentos anti-imperialistas se afluaram em parte da sociedade argentina, acreditando-se que Washington e as instituições internacionais haviam deixado o país cair no caos econômico sem oferecer ajuda (STUART, 2008). Durante esses anos, o sindicalismo ficou enfraquecido devido à sua dissidência em três grandes grupos que não conseguiram coordenar suas ações, dentre elas a CGT que apoiou fortemente o governo Menem no seu início, devido à suas origens peronistas, só retirando seu apoio no segundo mandato quando houve grande deterioração da qualidade de vida do trabalhador e o aumento da taxa de desemprego (VADELL, 2006).

Com a antecipação das eleições de 2003, o Partido Justicialista se dividiu em três grandes candidatos com projetos de governo diferentes: Carlos Menem, Rodríguez Saá e Néstor Kirchner. O então presidente provisório, Duhalde, expressou apoio à Kirchner que apareceu como parte do Partido Justicialista de tendência peronista criticando o “menemismo” e suas propostas neoliberais, considerando-o traidor dos princípios do partido e do movimento

sindical. Néstor retomava o discurso peronista de justiça social e defesa da soberania nacional, contra o histórico de corrupção, crise e medidas neoliberais de Menem. Ademais, também pesava em seu favor a experiência positiva de enfrentamento dos problemas financeiros e políticos, como governador de Santa Cruz (STUART, 2008).

Kirchner conseguiu durante sua campanha se caracterizar em certa medida como um candidato diferente dos políticos tradicionais, identificados como os responsáveis pelo colapso argentino nos anos anteriores. Retomou o discurso peronista e se apresentou com poder de liderança popular através de seu passado de governador, além de se identificar como um candidato “do povo”, fazendo discursos informais e se aproximando de seus eleitores, mas afirmando poder salvar o país da crise financeira e social. Propôs um projeto com o Estado exercendo importante papel tanto na economia como na sociedade, com ideais nacionalistas e integradores, que melhorassem a qualidade das instituições (MONTERO e VINCENT, 2013).

Durante as eleições de 2003 a disputa esteve entre Néstor Kirchner e Carlos Menem, sendo que o primeiro alcançou 22,36% dos votos levando as eleições para o segundo turno. Segundo Curia (2003), o contexto político era extremamente desfavorável para Menem, uma vez que grande parte da sociedade demonstrava considerável repúdio ao ex-presidente devido à suas ações políticas e acontecimentos desencadeados durante seu governo. Com um discurso de “Todos contra Menem” Kirchner ganhava vantagem no segundo turno, tendo sua vitória especulada por parte das pesquisas de intenção de voto. Tendo em vista esse contexto Carlos Menem desiste da corrida presidencial e Néstor Kirchner se consagra vencedor (CAMPOS, 2008).

Portanto, Néstor Kirchner chega ao poder em um cenário de incertezas políticas e econômicas, onde a desistência de Menem colocou em dúvida a legitimidade de sua vitória com pouco mais de 20% dos votos. O novo presidente tinha como desafio restaurar a credibilidade perdida dos sistemas políticos e econômicos argentinos após o período de colapso econômico e social dos anos 1990, além de buscar a retomada do crescimento e da renegociação da dívida externa iniciadas no governo provisório de Duhalde. Através de um discurso peronista, procurou atrair as lideranças políticas, sociais e sindicais para o âmbito estatal (AYERBE, 2008).

### **3 A AMÉRICA DO SUL E AS NOVAS LIDERANÇAS: CONQUISTAS E DESAFIOS**

Como abordado nos capítulos anteriores, a América do Sul a partir do fim do século XX e início do XXI viu chegar ao poder diversos governos originários de movimentos sociais que simbolizavam não só a descrença nos partidos tradicionais como também representava uma sociedade civil que não estava mais disposta a aceitar a crescente desigualdade social e exclusão política. Essas novas lideranças representavam também, o esgotamento da crença nas ideias neoliberais que foram incapazes de resolver os problemas econômicos e sociais como prometido pelas elites políticas.

Apesar de cada caso possuir suas especificidades, é possível perceber nos novos governos que surgiram nos países da América do Sul, dentre eles Bolívia, Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguai, Chile e Equador, pontos em comum não só nas políticas internas de revalorização do Estado na economia e na sociedade com a busca da equidade social, como em suas políticas externas que procuraram a partir da ênfase na integração regional entre os países da América do Sul desenvolver maior autonomia frente às ações estadunidenses (AYERBE, 2008).

Com a virada do século e o avançar dessas novas lideranças no poder, foi possível perceber que, apesar das reivindicações dos partidos nos países, a realidade do jogo político se mostrou mais complexa, e mesmo com o grande apoio popular dos novos líderes, ainda assim seria necessário estudar maneiras de governar dentro de países onde as elites políticas tradicionais possuem grande poder de barganha e de convencimento. Para tanto, será analisado de maneira breve alguns casos das novas conjunturas políticas dos governos sul-americanos, seus avanços e desafios no ambiente de governança, além de tratar da área de política externa nesse novo século da região.

#### *3.1 Bolívia*

A vitória nas eleições de Evo Morales foi resultado, dentre outros fatores, da crise neoliberal dos anos anteriores que ocasionou em grande medida a reemergência étnica indígena que buscava um candidato que pudesse representar os diversos setores marginalizados bolivianos, mostrando fazer parte de um projeto que tinha como objetivo acabar com o visível colonialismo interno no Estado boliviano (DA SILVA, F, 2009) Dessa forma, no seu governo há uma preocupação com a diversificação produtiva, para o

desenvolvimento econômico e social e a valorização das heterogeneidades econômicas como algo positivo para o desenvolvimento da nação (DOMINGUES, 2009).

Colocando em prática o proposto por seu partido durante a campanha presidencial, no dia primeiro de maio do mesmo ano, Morales decretou a nacionalização dos hidrocarbonetos, mobilizando tropas e funcionários da empresa estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) para ocupar as petrolíferas e postos de combustíveis criando um ambiente de mal estar diplomático. O decreto obrigou a todas as empresas estrangeiras terem a YPFB como sócia de 51% das ações, além de renegociar os contratos de distribuição dos lucros, aumentando a parcela de arrecadação fiscal pública. Apesar da resistência inicial e do embate diplomático entre os países de origem das empresas com o governo boliviano, foi possível negociar em condições de ganhos imediatos para o governo Morales, contribuindo para o superávit da balança fiscal no mesmo ano (AYERBE, 2008).

Aldo Gil (2008) analisa de forma crítica a nacionalização dos hidrocarbonetos, considerando-a uma “nacionalização branca” visto que, apesar de reerguer a estatal YPFB, o decreto apenas recuperou o território e aumentou relativamente os impostos, mantendo o monopólio da extração e da comercialização no poder das transnacionais. Assim, Morales teria abandonado um projeto de industrialização nacional com base nos recursos naturais em troca de adquirir recursos para um projeto neodesenvolvimentista dependente.

Em junho de 2006, Morales promulgou a lei que convocaria a Assembleia Constituinte para que fosse feita e votada a nova Constituição. Mesmo com a maioria dos deputados o MAS não alcançou os dois terços necessários para instituir a Assembleia, tendo assim que negociar com outras forças políticas tentando transformar o quórum em maioria simples para a aprovação de artigos individuais. No entanto, a pressão da oposição conseguiu derrotar a proposta do MAS e manteve a Assembleia parada por um ano, acumulando poder político durante esse tempo e aumentando a agressividade do conflito entre os grupos (AYERBE, 2008).

Durante os anos seguintes Morales tentou destravar a Assembleia através de um referendo revogatório no qual colocou em questionamento tanto o seu mandato quanto dos prefeitos dos departamentos. Apesar de a oposição tentar protelar tal referendo, ele foi instituído no dia 12 de maio de 2008 e o resultado ratificou as propostas de Morales com 67,41 % de votos a favor. Dessa forma, em 28 de agosto, o presidente convoca por decreto presidencial, o referendo aprovatório da nova Constituição, além de eleições para subprefeitos e conselheiros departamentais. A situação política se torna agressiva, com uma oposição e governo que não buscavam mais o diálogo entre as partes. Diversas crises se sucederam,

dentre as quais uma delas resultou na expulsão do então embaixador dos Estados Unidos por apoiar a oposição golpista ao governo (GUIMARÃES; DOMINGUES; MANEIRO, 2009).

Quando a situação interna se viu agravar para um possível grave conflito com ameaças golpistas, Morales obteve grande apoio da comunidade internacional, em especial na região com a União das Nações Sul-americanas (UNASUL), que visando manter a legalidade das instituições democráticas ajudou a manter a estabilidade e por um fim nas tensões, culminando na adoção da nova Constituição aprovada por todo o país com 61,43% dos votos, apesar de perder nos departamentos da região da Meia Lua (oposição) e ter maior apoio considerável no meio rural do que no urbano (GUIMARÃES; DOMINGUES; MANEIRO, 2009).

Sendo assim, no dia 7 de fevereiro de 2009, a nova Constituição foi promulgada e festejada nos meios populares e de seus partidários com a presença de representante da Organização dos Estados Americanos (GUIMARÃES; DOMINGUES; MANEIRO, 2009). A atual Constituição de 2009 se compromete com a democracia representativa, participativa e comunitária. O novo Estado plurinacional busca um projeto de nação multicultural, com pleno respeito à diversidade. Os segmentos excluídos historicamente, como os indígenas, se beneficiaram largamente destas modificações institucionais. Porém, o conflito entre o Estado e as elites políticas das zonas da Meia Lua se tornou um problema recorrente na realidade boliviana, chegando ao ápice de um projeto separatista da região mencionada (HIRST, 2013).

Morales transformou, a partir da nova constituição, o antigo modelo econômico boliviano (de extremo neoliberalismo), em um modelo nacional produtivo, onde o Estado tem o poder centralizador, regulador e distribuidor. A nacionalização dos recursos naturais é abarcada neste contexto, no qual com ela, o Estado arrecadaria os lucros de vendas para o exterior e em seguida distribuiria os recursos para os diversos sujeitos da sociedade (HIRST, 2013). Aldo Gil (2008) assinala que o projeto de Morales é equivalente à que ocorreu em 1952, porém com características mais democráticas ao abranger a população indígena no sistema político, social e jurídico.

Procurando respaldar a criação de um Estado plurinacional e buscando modificar a política feita nos anos 1990, sua política externa valorizou a soberania e identidade nacional. A relação com o internacional deixou de ser de submissão e se tornou uma moeda de troca para interesses políticos e econômicos nacionais (ROJAS, 2014). Desde o início de seu governo, Morales tem inteirado a importância dos órgãos multilaterais, sejam eles internacionais ou regionais, para a promoção do debate entre os países e a busca de desenvolvimento (CEPPI, 2014).

No âmbito interestatal, procurou-se diversificar suas relações com outros Estados, dando grande importância para os países vizinhos ao mesmo tempo em que intensificou o discurso anti-imperialista criando grande tensão em suas relações com os Estados Unidos. Na questão regional, houve uma grande e significativa aproximação com a Venezuela, nos tempos de Hugo Chávez, adotando discursos semelhantes de contestação da ordem internacional e dos princípios neoliberais (CEPPI, 2014). Além disso, a questão da nacionalização de uma empresa brasileira de hidrocarbonetos mostrou que Morales estava empenhado no projeto de reestruturação estatal (ROJAS, 2014).

O projeto de reforma agrária feita pelo governo Morales até então, apesar de mostrar certa preocupação com a distribuição e a reforma, é vista por muitos como branda ao dialogar com setores agrários e distribuir majoritariamente pequenos terrenos na periferia, deixando intactos os grandes latifúndios no leste do país (GIL, 2008). Wanderley (2009) aponta que durante o primeiro mandato de Morales ainda existia uma baixa coordenação entre as políticas econômicas e sociais, como foi possível perceber na falta de conexão entre a nacionalização dos hidrocarbonetos e a reforma do sistema de aposentadoria com as políticas trabalhistas.

Apesar dos desafios em melhorar os projetos iniciados e coordená-los de maneira mais eficiente, além de lidar com uma oposição cada vez mais articulada que ganha força a cada ano, é inegável que durante o governo Morales houve uma renovação das elites políticas e a incorporação na agenda estatal de temas que abarcam a questão da sociedade boliviana multicultural e multiétnica (WANDERLEY, 2009). A Bolívia resultante do governo de Morales é um país mais livre e democrático, onde os conflitos políticos e as negociações são feitas dentro das regras institucionais sem com que os movimentos sociais fiquem de fora das forças políticas.

Morales, atualmente em seu terceiro mandato, visa através de um referendo popular, no ano de 2016, conseguir ratificar a reforma constitucional, já aprovada no Congresso, que permitiria a sua concorrência para um quarto mandato presidencial, e segundo pesquisas possuiria a aprovação de 49% da população (AFP, 2015). Entretanto, o que se percebe é que apesar de sua imagem está perdendo relativo apoio devido diversos fatores como o desgaste de problemas sociais não resolvidos durante seus governos e a negociação com a oposição, o MAS continua sendo o partido mais organizado da realidade boliviana contra uma oposição ainda continuamente fragmentada e fraca.



### 3.2 Argentina

Com a chegada de Néstor Kirchner ao poder, em maio de 2003, era preciso reverter o caos político e econômico no qual a Argentina estava inserida principalmente depois do ano de 2001 com a declaração da moratória. Como explicitado na sua campanha eleitoral, Kirchner conduziu o país através de políticas que caracterizaram um período de ruptura com o governo de Menem e os ideais neoliberais (VADELL, 2006). O novo governo tinha como objetivos diminuir os gastos públicos e aplicar uma política de rendas, através de um Estado mediador na política e na economia.

Sendo assim, uma das primeiras medidas tomadas pelo governo foi a renegociação das dívidas externas com as instituições internacionais. Diferente dos governos anteriores, o governo Kirchner agora se atentaria para a análise as medidas a serem implementadas, como as condições para os empréstimos, visando observar possíveis impactos no desenvolvimento social e econômico do país. No âmbito doméstico, os setores privados perderam poder político e o setor industrial nacional ganhou importância, pois fazia parte da nova coalizão política. Ademais, o ambiente internacional se modificava, e os instrumentos internacionais como o FMI e o Banco Mundial perdiam relevância tanto na capacidade de empréstimos como no seu papel de mediador entre os Estados e os credores privados, além de sofrerem severas críticas dos países latino-americanos. Dessa forma, foi possível que as negociações resultassem em um novo acordo onde prevaleceram várias demandas do governo argentino (VADELL, 2006).

O novo governo durante seus primeiros anos tratou de substituir a cúpula da Corte Suprema de Justiça, regulamentar os capitais voláteis e negociar com as organizações sociais como os *piqueteros*. Através de planos de emergência social conseguiu aumentar relativamente os salários, aposentadorias e seguros desempregos que somados às ações sociais iniciadas no governo provisório de Duhalde, conseguiu incentivar a demanda e impulsionar a economia, além de reduzir a desigualdade social e os índices de desemprego. Kirchner também proporcionou uma grande relevância na agenda nacional sobre temas dos Direitos Humanos devido, entre outros motivos, ao seu forte envolvimento na oposição aos antigos governos ditatoriais argentinos, reabrindo as discussões sobre os crimes cometidos na época pelas forças do Estado, onde teve grande apoio popular e fortaleceu sua base de apoio político (STUART, 2008).

Durante seu governo, Kirchner retomou grandes capacidades de ações que promoviam o desenvolvimento para o aparato estatal, acentuando o intervencionismo na área econômica.

Conseguiu, dessa maneira, fazer uma maior distribuição de renda mínima para os desempregados, aumentando a renda geral permitindo que o país saísse da recessão, além de angariar grande apoio político (CARAVALHO, 2008). Ainda na área econômica, implantou uma política de preços, subsidiando os produtores de bens básicos e fazendo acordos com setores privados, além de tributar as exportações argentinas.

Apesar dos grandes avanços, muitos críticos apontam que as políticas sociais e de desenvolvimento de seu governo não tomaram as devidas precauções, ocasionando um aumento exagerado dos gastos públicos e da inflação nos últimos anos (STUART, 2008). Seu governo contrariou a recomendação do FMI de deixar subir os juros para conter a inflação, defendendo sua política cambial de baixas taxas de juros vistas como essenciais para o crescimento e a redução do desemprego. O governo alegava possuir um “pacto social” com diversos setores para manter a inflação sob controle, além de congelar as tarifas dos serviços públicos privatizados. No fim de seu mandato foi possível perceber que mesmo assim a inflação aumentou, sendo também acusado de manipular os índices oficiais inflacionários (DA SILVA, R, 2009).

No âmbito da política externa, o novo governo demonstrava desde sua campanha eleitoral a mudança dos preceitos do realismo periférico adotados pelos antigos governantes. A nova política estaria pautada na volta da autonomia argentina, apoiada na aliança com o Brasil e seus países vizinhos, dentre eles a Venezuela de Chávez que deu grande apoio financeiro e político para Kirchner. A adesão aos postulados do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e na construção da UNASUL, são exemplos importantes dessa nova política externa, independente de Washington e coincidente com os governos sul-americanos (STUART, 2008).

Apesar de ter sido eleito com número de votos relativamente baixo, devido à desistência de Menem em concorrer ao segundo turno, Kirchner termina seu segundo mandato com o mais alto índice de aprovação popular desde a volta da democracia argentina. Em 27 de outubro de 2010 faleceu sendo o líder político mais importante nos tempos atuais em seu país. Iniciou sua carreira política dentro do Partido Justicialista, mas se tornou algo maior que o próprio partido, criando uma identidade política própria de quem ditava o ritmo da política argentina (MONTERO; VINCENT, 2013). Seu poder político no fim do mandato conseguiu fazer de sua esposa, Cristina Kirchner, sucessora de seu governo e manteve a maioria dos gabinetes ministeriais, evidenciando uma continuidade no governo seguinte (STUART, 2008).

### *3.3 Os casos venezuelano e brasileiro*

Outros governos chegaram ao poder a partir do fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 representando essa nova leva de lideranças sul-americanas com tendências políticas de esquerda que demonstraram significativos avanços com o passar de seus mandatos, mas também precisaram lidar com grandes desafios no âmbito atual como no caso do Brasil e da Venezuela.

O governo Lula desde o início de seu mandato instituiu ser um seus principais objetivos a inclusão social através de uma política distributiva, que foi facilitada pelo contexto internacional favorável e fortalecida pelo real valorizado. Em seu governo, findou-se o período das privatizações exageradas, reestruturou o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), trouxe a tona o debate sobre as agências reguladoras, revalorizou o ensino universitário público e implementou programas sociais em proporções nunca vistas antes. Segundo seu Ministro da Fazenda, o governo tinha como objetivo o desenvolvimento econômico atrelado ao social baseando-se no crescimento sustentando, no mercado de consumo de massa e numa maior inserção brasileira no mercado internacional (VIGEVANI; RAMANZINI; CORREIA, 2008).

Na área econômica o governo manteve os padrões básicos iniciados por seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, pautado em metas de inflação reduzidas através de uma fixação das altas taxas de juros em regimes de câmbios flutuantes e superávits fiscais. Houve inicialmente, uma redução da dívida pública e a continuidade da estabilidade econômica. Se diferenciou dos seus antecessores devido à maior ênfase nos temas sociais, com grande promoção e aprofundamento de política públicas de transferência de renda (com o Bolsa Família), ampliou o acesso à educação (com a criação do ProUni) e à reforma agrária, meios que levaram à diminuição da pobreza, elevação do salário mínimo e diminuição do desemprego, fatores que contribuíram para estabelecer uma base de apoio decisiva em sua reeleição em 2006 (AYERBE, 2008).

Apesar das mudanças, as regras eleitorais e as instituições estatais mantiveram-se intactas, baseando seu governo na legitimidade constitucional e democrática. Para manter sua governabilidade Lula manteve um discurso de aliança de classes, compondo sua base política por grupos políticos diversos (VIGEVANI; RAMANZINI; CORREIA, 2008).

Em sua política externa foi possível observar continuidades e rupturas em relação ao governo Cardoso. Continuidade na medida em que manteve-se o anseio regional de ser mediador nas crises entre os países vizinhos, além de aprofundar a busca pelo protagonismo

na região e no meio globalizado de liderança regional iniciados anteriormente. Entretanto, se diferenciou ao fazer da política externa um reflexo da interna, com as características nacionalistas e desenvolvimentistas, abordando de forma crítica os efeitos da globalização e do neoliberalismo. Ademais, enfatizou a integração sul-americana tanto no âmbito do MERCOSUL como também impulsionou o novo projeto da UNASUL que ganhou força em seu governo. Logo, se buscou uma maior independência dos centros tradicionais de poder internacional, aumentando as relações econômicas e políticas com os outros países em desenvolvimento (VIGEVANI; RAMANZINI; CORREIA, 2008).

Seu governo apesar de distinguido por amplas mudanças no âmbito social e na política externa foi também marcado por grandes escândalos de corrupção e ações políticas caracterizadas pelo fisiologismo que chegaram à tona nos últimos anos de seu mandato. Apesar desse desgaste político, Lula e o Partido dos Trabalhadores conseguiram eleger sua sucessora Dilma Rousseff indicando a continuidade de seu projeto político e econômico.

Já na Venezuela de Chávez, com sua chegada ao poder, o então presidente utilizou-se de uma estratégia política na qual estimulou os ressentimentos históricos dos grupos marginalizados da sociedade venezuelana em relação às antigas elites políticas, além de sua posição antimercado e antiestadunidense. Logo, ao mesmo tempo em que conseguiu apoio popular para centralizar seu poder em sua figura carismática e personalista, começou a perder base de grupos partidários que inicialmente estiveram em sua coligação e a partir de então se colocaram juntos à oposição (SERBIN, 2008).

Logo no início de seu mandato convocou uma nova Assembleia Constituinte, onde a maioria dos representantes era vinculada ao seu governo. A nova Constituição (1999) teve como suas principais mudanças: a alteração do nome do país para República Bolivariana da Venezuela, o fim das privatizações do petróleo e da água, a centralização do poder presidencial e a extensão do mandato presidencial para seis anos com possibilidade de reeleição. A reforma política impulsionada por seu governo permitiu uma extensa possibilidade de reforma agrária e aumentou a carga de arrecadação estatal sobre os investidores estrangeiros na área de hidrocarbonetos (AYERBE, 2008).

Em 2002, Chávez sofreu uma tentativa de golpe de onde saiu mais fortalecido e com maior apoio popular, polarizando ainda mais a sociedade venezuelana, onde não se viu mais viável a existência de uma corrente política intermediária entre o governo e a oposição. Em um contexto de grande apoio popular, Chávez trouxe para seu controle absoluto as empresas petrolíferas venezuelanas. Com sua reeleição em 2006, buscou impulsionar o projeto de reforma constitucional no qual haveria maior concentração de poder, instauração do projeto

socialista com características venezuelanas, conhecido como “socialismo do século XXI”, além da capacidade de se reeleger indefinidamente. O referendo que deveria decidir sobre a nova reforma constitucional em 2007 teve como resultado a não modificação da constituição (SERBIN, 2008).

Mesmo assim, com a própria constituição de 1999, Chávez conseguiu maior centralização do poder assegurando controle sobre o judiciário, ficando encarregado de nomear os membros do Conselho Nacional Eleitoral, além de estimular o enfraquecimento dos governos regionais. Não obstante criou também maior pressão sob os meios de comunicações opositores, além de perseguir opositores políticos ao seu governo (Idem).

Segundo Serbin (2008), o então presidente conseguiu aprofundar a polarização social já existente na realidade venezuelana e transformá-la em uma polaridade política não só no âmbito interno como externo. Sua política externa, portanto, dividia o cenário internacional em dois polos, sendo o primeiro de Estados revolucionários que lutavam contra o neoliberalismo e a hegemonia de Washington, entendidos como a maior parte dos países latino-americanos contra os segundos, aliados políticos e econômicos dos Estados Unidos.

Hugo Chávez permaneceu no poder, eleito por quatro vezes seguidas, até o ano de 2013 quando faleceu em decorrência de problemas de saúde. O país continuou polarizado entre seus apoiadores, que conseguiram eleger Maduro como seu sucessor, contra a oposição, que sofre dura repressão. O legado de Chávez à Venezuela abarca tantos pontos positivos como negativos. O combate à pobreza e a atenção às camadas marginalizadas, com a luta contra o analfabetismo e a mortalidade infantil tiveram grandes avanços durante seu governo. Entretanto, um ponto marcante foi a maneira autoritária na qual Chávez conduziu seu governo, além das recorrentes acusações de corrupção e de graves censuras à imprensa. No âmbito econômico, Chávez não modificou o projeto de desenvolvimento venezuelano que continuou completamente atrelado à exploração de petróleo (BBC, 2013).

### *3.4 As novas lideranças e a integração regional*

Com as novas lideranças na região em meados do século XXI, as quais possuíam em comum o discurso de combate às injustiças sociais, maior representação das camadas marginalizadas na arena política e críticas ao modelo neoliberal, que vão desde a política interna de cada país como nos projetos de políticas externas, era evidente que a busca por uma maior integração regional surgisse nos discursos presidenciais desde o início de seus mandatos (DUPAS; DE OLIVEIRA, 2008).

Durante os períodos que se seguiram, ocorreu importante reestruturação do MERCOSUL, na busca de maior integração em áreas não só econômicas como também culturais, políticas e sociais, além da adesão de novos membros como a Venezuela, consolidada em 2012, e a Bolívia, que se encontra em negociação. Ademais, houve grande esforço presidencial e diplomático para que, em 2007, fosse criada a UNASUL, com o objetivo de unificar os países da Comunidade Andina (CAN) e do MERCOSUL, além do Chile, da Guiana e do Suriname (CAMPOS, 2008).

Apesar dos novos esforços de integração e das convergências ideológicas entre os presidentes, há uma dificuldade fundamental de se estruturar a integração regional aprofundada, visto que dentro da região não existe atualmente consenso sobre a forma de inserção internacional da própria região. Para Cervo (2001), existem pelo menos três projetos distintos (brasileiro, venezuelano e argentino), os quais tornam a construção de ideia de América do Sul comum entre os países mais difícil e improvável. O projeto contra hegemônico de Hugo Chávez, concretizado com a criação da Aliança Bolivariana das Américas (ALBA) conseguiu trazer para o eixo de influência do projeto venezuelano países como a Bolívia de Morales e o Equador de Rafael Correa. Entretanto, países com ideais de inserção internacional mais reformista do que conflitiva, como os governos argentino, brasileiro e uruguaio tem criado resistência contra tal posicionamento mais conflituoso na região (LECHINI e GIACCAGLIA, 2011).

De acordo com Campos (2008), os líderes sul-americanos precisariam superar três entraves da região para obterem maior integração regional: a tendência de fragmentação regional, a convivência dentro do pluralismo ideológico e analisar o tema das lideranças como algo usado em prol de um objetivo comum regional. Seria importante entender que a integração regional é o meio mais palpável para que os governos ganhem maior relevância no sistema internacional e a maneira mais eficiente de se posicionar em relação aos Estados Unidos em condições favoráveis. Além disso, a integração regional seria de extrema importância para incentivar o crescimento econômico da região e prevenir crises políticas e sociais entre os países (DUPAS e DE OLIVEIRA, 2008).

Desse modo, até o presente momento, mesmo com os discursos políticos favoráveis à integração, os novos governos não conseguiram dar largos passos para uma integração regional mais profunda, visto que os objetivos nacionais de desenvolvimento econômico e inserção no cenário internacional de cada país prevaleceram sobre as convergências políticas e ideológicas dos novos governos (CAMPOS, 2008).

## CONCLUSÃO

A pergunta de pesquisa suscitou diversas reflexões não só sobre o tema inicialmente colocado como objetivo deste trabalho, como também questões que abarcam toda a conturbada história social, política e econômica da região sul-americana. O cenário em questão, desde seus primórdios, é evidentemente marcado por grande desigualdade social, discriminação étnica e oligarquias que tradicionalmente estiveram no poder, sem interesse de uma maior democratização dos meios políticos e econômicos.

Os grupos políticos tradicionais e as elites intelectuais durante a história da região tenderam por reforçar a estrutura colonial dentro do âmbito doméstico tanto na área política como na intelectual e social. Resultando em uma situação de grande marginalização das populações indígenas e negras, dos grupos de estudantes, trabalhadores e demais seguimentos desfavorecidos. Tal situação transformou a América Latina na região com maior desigualdade social do mundo.

A partir dos anos 30 com o advento do paradigma nacional desenvolvimentista em ampla parte dos países na região foi possível pela primeira vez na história de alguns países que se olhasse para dentro de suas fronteiras e percebesse suas peculiaridades em relação ao ambiente internacional. Ademais, em alguns casos, como o brasileiro e o argentino, grupos políticos diferentes dos que tradicionalmente ocupavam o poder chegaram a governar, mesmo que em um pequeno período de tempo. Apesar de possuírem características autoritárias, sendo esse outro grande problema da região que observa constantes ameaças às suas democracias, foram nesses governos que pela primeira vez as camadas marginalizadas adquiriram certa importância na base de apoio governamental e lhes foram concedidos direitos políticos, sociais e trabalhistas nunca antes conquistados, apesar de tais direitos terem sido criados e controlados pelo poder estatal autoritário.

Nos anos que se seguiram, devido à conjuntura do sistema internacional assinalada pela estrutura do conflito da Guerra Fria, onde os Estados Unidos buscava manter seu “quintal” capitalista na América, a história da região ficou marcada pela instabilidade política com golpes de Estado sucedidos por governos militares ditatoriais que pouco fizeram para o melhoramento da questão social em seus países. No fim dos anos 1980, a democratização chegou junto com uma profunda crise econômica marcada pelas grandes dívidas externas acumuladas durante os governos anteriores.

Os anos 1990 apontavam para um novo cenário mundial pós-Guerra Fria, no qual os Estados Unidos emergiam como o único grande líder mundial e o capitalismo atrelado aos

ideias neoliberais prevaleciam no ambiente internacional como vencedores do conflito com o socialismo soviético. A partir das crises internacionais dos preços do petróleo a região latino-americana, endividada externamente, se via sem seu principal financiador, o capital externo. Buscando empréstimos para reerguer suas economias, os países da região colocaram em prática as medidas neoliberais, pré-requisitos para que as instituições internacionais liberassem os montantes financeiros. O ambiente internacional e doméstico apontavam para noção de que a cartilha neoliberal do Consenso de Washington era a única forma de fazer a região sair da crise, além de tais medidas condizerem claramente com os interesses das elites políticas tradicionais que confirmavam o discurso internacional.

O que foi possível ver com a pesquisa desenvolvida é que tais medidas, com o passar dos anos e dos governos, não foram suficientes para resolver os problemas financeiros que se agravaram a cada dia, chegando a alguns casos ao total colapso, como na Argentina de 2001. Enquanto isso a área social que se deteriorava atrelada à crise financeira, obtendo pouca ou nula importância na agenda dos governos neoliberais. Os índices de desemprego e de pobreza se agravavam na mesma medida em que os movimentos sociais se consolidavam, com a solidificação de sindicatos e de organizações sociais diversas imbricadas na sociedade civil. Com o passar dos anos, tais movimentos conseguiram manter uma organização relativamente centralizada criticando ferrenhamente as medidas adotadas e as desigualdades que permaneciam, prometendo uma representatividade das camadas marginalizadas através da via eleitoral democrática, ganhando apoio dos setores médios da sociedade.

Foi dessa maneira que as novas lideranças regionais insurgiram ao poder em diversos países sul-americanos, reconfigurando uma nova estrutura no jogo político, na qual devido à consolidação da democracia e dos movimentos sociais não poderia mais excluir as pressões das camadas historicamente marginalizadas. Apesar de possuírem históricos políticos diferentes, eles compartilhavam de ideais comuns na busca por um modelo de desenvolvimento com maior presença estatal, no qual a promoção da equidade social e o combate às desigualdades foram as bases de suas políticas interna e externa.

Portanto, a partir do analisado durante todo o processo de produção dessa pesquisa, com a literatura trabalhada, foi possível concluir de maneira a confirmar a hipótese levantada, na qual demonstra que os fatores sociais, políticos e econômicos que levaram à ascensão das novas lideranças sul-americanas são atribuídos ao fracasso retumbante da adoção do modelo neoliberal nos anos 1990 pelas elites políticas da região que resultou em uma crise financeira e social profunda no fim do século XX, além do não cumprimento das promessas de ascensão social das camadas mais pobres por meio de medidas liberalizantes, atrelados ao aumento



expressivo da capacidade de mobilização dos movimentos sociais dentro do âmbito democrático institucional, acompanhado por fim, de um sentimento regional latino-americano de desigualdade da própria região em relação aos países centrais de onde emergiram as medidas neoliberais.

Tendo em vista a concisa análise dos novos governos da região e a partir do panorama geral realizado nesta pesquisa, algumas outras considerações finais se mostram relevantes, dentre elas a que diz respeito ao grau de generalização da hipótese. Mostra-se evidente que a pesquisa realizada tinha como aporte a complexidade de se estudar as Ciências Sociais, dessa forma é preciso frisar que o contexto interno de cada país é essencialmente diferente da realidade de outro. Entretanto, fez-se claro durante a pesquisa guardada as particularidades de cada caso, a possibilidade de se generalizar a hipótese formulada para a região da América do Sul, uma vez que os pontos em comum da histórica exclusão social e dos modelos de desenvolvimento econômicos proporcionam a comparação entre os casos estudados.

Ademais, depois do intenso fluxo de pesquisa sobre as histórias políticas e sociais dos países vizinhos sul-americanos foi possível observar diversos pontos em comum entre eles, sendo admissível também um paralelo com os problemas históricos brasileiros. O que fica evidente é que se a intelectualidade brasileira se preocupasse mais fortemente em aprofundar a visão e os estudos aos contextos dos países vizinhos, muitas lições valiosas poderiam ser tiradas para a resolução de problemas na realidade brasileira.

Por fim, foi possível perceber que apesar dos significativos avanços na área social atrelado ao crescimento econômico nos últimos anos com o passar dos mandatos das novas lideranças. Ainda restam diversos desafios para essas novas gestões no poder, como o aprofundamento das reformas sociais para melhorar a qualidade de vida da população, não descuidando da estabilidade econômica alcançada pela maioria dos países, além de combater fortemente a corrupção dentro da área estatal, sem retroceder nas medidas democráticas conquistadas historicamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCE FRANCE-PRESSE (AFP). Quarto mandato de Evo Morales tem aprovação de 49%. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/10/quarto-mandato-de-evo-morales-tem-aprovacao-de-49-4888631.html>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

ARAÚJO, Rafael Pinheiro. Por uma análise comparativa dos hodiernos processos políticos da Bolívia e Venezuela; liderados, respectivamente, pelos mandatários Evo Morales e Hugo Chávez. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, 13., 2008, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; UFRRJ, 2008.

AYERBE, Luis Fernando. O Legado deixado por Néstor Kirchner. São Paulo, 2010. Disponível em:<[operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/16980/o+legado+deixado+por+nestor+kirchner.shtml](http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/16980/o+legado+deixado+por+nestor+kirchner.shtml)> Acesso em: 24 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. O Período Kenedy-Johnson: entre o reformismo e a segurança hemisférica. In: **Estados Unidos e América Latina: A Construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 115-148.

\_\_\_\_\_. Novos atores políticos e alternativas de governo na América do Sul: Os casos de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista brasileira de política internacional**. Brasília, v. 45, n. 2, jul.- dez. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292002000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

*BIOGRAFÍAS Y VIDAS*. Evo Morales. Disponível em: <[http://www.biografiasyvidas.com/biografia/m/morales\\_evo.htm](http://www.biografiasyvidas.com/biografia/m/morales_evo.htm)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora UNESP da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista (FUNDUNESP), 1995.

BRESSER-PEREIRA Luiz Carlos. Crise e renovação da esquerda na América Latina. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n. 21, oct. 1990. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451990000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451990000100003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC BRASIL). O legado de Chávez: os prós e os contras. 2013. Disponível em:<[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130306\\_chavez\\_argumentos\\_pro\\_contra\\_rw.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130306_chavez_argumentos_pro_contra_rw.shtml)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

CAMPOS, Carlos Oliva. A América do Sul na encruzilhada de sua história: Fragmentação, alternativas políticas e opções a partir da periferia. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.).

**Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora LTC, 1996.

CARVALHO, Carlos Eduardo. “Esquerda Conflitiva” e a política econômica: notas sobre Argentina, Bolívia e Venezuela. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CASTAÑEDA, Jorge Gutman. *Latin America's Left Turn*. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/61702/jorge-g-castaneda/latin-americas-left-turn>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

CEPPI, Natália. *La política exterior de Bolivia en tempo de Evo Morales Ayma*. **Revista Si somos Americanos**, Santiago, v. 14, n. 1, jun 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0719-09482014000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0719-09482014000100007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

CERVO, Amado Luiz. América Latina no século XXI: da unidade à dispersão. In: **Relações Internacionais da América Latina.** São Paulo: Editora Saraiva, p. 233- 268, 2001.

COUTINHO, Marcelo. **Crises institucionais e mudanças política na América do Sul.** 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. Movimentos de Mudança política na América do Sul Contemporânea. **Revista de Sociologia Política.** Curitiba, v. 27, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/08.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. (2006). Democracias Andinas: Chegando tarde à festa? . **Revista de Ciências Sociais Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582006000400005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000400005)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

CURIA, Walter. *Al final, Menem presentó su renuncia y Kirchner ya es el nuevo presidente*. Clarín, Buenos Aires, 15 mar. 2003. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/diario/2003/05/15/p-00215.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

DA SILVA, Roberta Rodrigues Marques da Silva. A Argentina entre as reformas econômicas neoliberais e a redefinição das negociações com o FMI (1989-2007). **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, v.17, n. 33, jun. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782009000200003&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782009000200003&lang=pt)>. Acesso em: 24 nov. 2015

DA SILVA, Fabrício Pereira. Equilíbrios precários: A trajetória do Movimento ao Socialismo e seus dilemas. In: **A Bolívia no espelho do futuro.** DOMINGUES, José Maurício et. al. (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DA SILVA, Paulo Renato. Memória e história de Eva Perón. *Revista de História* (São Paulo), n. 170, jan. – jun. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003483092014000100143&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003483092014000100143&lang=pt)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

DINIZ, Eli (2007). O pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In: **Globalização, Estado e Desenvolvimento: Dilemas do Brasil no Novo Milênio**. Editora FGV.

DOMINGUES, José Maurício. A Bolívia às vésperas do futuro In: **A Bolívia no espelho do futuro**. DOMINGUES, José Maurício et. al. (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DUPAS, Gilberto; DE OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. A União sul-americana de nações: Oportunidades econômicas e entraves políticos. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

ESCUDE, Carlos. (1992). Conclusiones: *El realismo periférico como propuesta normativa para estados debiles y como critica ciudadano-centria a la teoria anglo americana*. In: **El realismo de los Estados débiles**. Cambridge: GEL, Harvard University, 1995.

FIORI, José Luís. A virada à esquerda na América do Sul. **Valor Econômico**, São Paulo, 09 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/a-virada-a-esquerda-na-america-do-sul>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

GUTIERREZ, Carlos e LORINI, Irma. (2007). A Trilha de Morales: Novo movimento social indígena na Bolívia. **Revista Novos Estudos** - CEBRAP n. 77, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a04n77.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

GIL, Aldo Duran. Bolívia e Equador no contexto atual. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

GUIMARÃES, Cesar; DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María. Bolívia: A história sem fim. In: **A Bolívia no espelho do futuro**. DOMINGUES, José Maurício et. al. (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HAINES, Andrés Ferrari. **O peronismo: um fenômeno argentina. Uma interpretação da política econômica argentina 1946-1955**. Tese (Pós-graduação em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas de UFRGS, Porto Alegre, 2008.

HIRST, Mônica. **A presença do Brasil na Bolívia: diálogo político, vínculos econômicos e cooperação horizontal**. Texto para Discussão do IPEA, n. 1869, 56 p., 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19859](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19859)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, v.31,n.2, abr. – jun. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572011000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572011000200004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

*LATINOBARÓMETRO, CORPORACIÓN*. Informe *Latinobarómetro* 2011. Santiago, Chile. Disponível em: < [http://www.infoamerica.org/primer/lb\\_2011.pdf](http://www.infoamerica.org/primer/lb_2011.pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

LECHINI, Gladys; GIACCAGLIA, Clarissa. *El liderazgo regional de Brasil en tiempos de Lula: Entre el interés nacional y los compromisos externos*. In: VADELL, Javier.; CAMPOS Taiane. (Org.). **Os novos rumos do regionalismo e as alternativas políticas na América do Sul**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2011.

MONTERO, Ana Soledad; VINCENT, Lucía. *Del "peronismo impuro" al "kirchnerismo puro": la construcción de una nueva identidad política durante la presidencia de Néstor Kirchner en Argentina (2003-2007)*. **Revista Postdata**, v. 18, n. 1, Cidade Autônoma de Buenos Aires, jun. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S185196012013000100005&lang=pt](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S185196012013000100005&lang=pt)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

ROJAS, Máximo Quitral. La política exterior de Evo Morales. **Revista Latinoamericana de Desarrollo Económico**, La Paz, n. 21, 2014. Disponível em: < [http://www.scielo.org.bo/scielo.php?pid=S2074-47062014000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.bo/scielo.php?pid=S2074-47062014000100007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

SERBIN, Andrés. Hugo Chávez: liderança e polarização. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

STEFANONI, Pablo. Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 24, jan. – jun. 2010. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/neils/downloads/10-Pablo%20Stefanoni.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

STUART, Ana Maria. Novas lideranças na América do Sul: O caso Kirchner. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VIEIRA, Tiago Renato Tobias. **A Revolução boliviana de 1952**: Entre a ruptura e a desilusão. In: Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas (SEPECH), 6., 2010, Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: < [http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a\\_revolucao\\_boliviana\\_de\\_1952\\_entre\\_a\\_ruptura\\_e\\_a\\_desilusao.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a_revolucao_boliviana_de_1952_entre_a_ruptura_e_a_desilusao.pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

VADELL, Javier Alberto. A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília v. 49, n. 1, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292006000100011&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292006000100011&lang=pt)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo Jr; CORREIA, Rodrigo Alves. Relação entre política doméstica e integração regional: Uma interpretação do Brasil no governo Lula da Silva. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

VILLA, Rafael Duarte. (2009). Novas lideranças sul-americanas: clivagens sobre o binômio estabilidade-instabilidade política. **Revista de Sociologia e Política** v. 17, n. 32, Curitiba, fev. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782009000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782009000100005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 24 nov. 2015.

WANDERLEY, Fernanda. A Bolívia entre a mudança e a inércia: regime de emprego e bem estar social nos últimos vinte anos. In: **A Bolívia no espelho do futuro**. DOMINGUES, José Maurício et. al. (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. 3 ed. California: SAGE Publications, 2003.